

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Agro-Bioenergia/Biodiesel

Período de Análise: abril de 2009.

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Isto é Dinheiro Rural
Revista Globo Rural

Índice

AMBIENTE ESTRATÉGICO E EMPRESARIAL	6
Etanol	6
Canaveiros demitidos reivindicam pagamento de indenização – Sítio eletrônico da Contag – 03/04/2009	6
Petrobras anuncia estímulo à agricultura para biocombustível – Sítio eletrônico da Contag – 06/04/2009.....	7
Canaveiros preparam pauta de reivindicações 2009 – Sítio Eletrônico da Contag – 07/04/2009.....	8
Usina quer manter pagamento por produção – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Dinheiro – 14/04/2009.....	9
Empresa teme fiscalização e não oferece alimento – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Dinheiro – 14/04/2009.....	10
Monsanto se apropria de pesquisa desenvolvida pela UFV – Sítio Eletrônico do MST – 09/04/2009.....	11
Queimadas em pauta – Valor Econômico – Agronegócio – 01/04/2009	12
Cresce concentração na venda de etanol – Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – agronegócios – 06/04/2009.....	12
Cartilha do etanol – Valor Econômico – Agronegócios – 14/04/2009.....	14
Gaúcha BSBios deverá adquirir unidade da Agreco no Paraná – Patrick Cruz – Valor Econômico – Agronegócios – 14/04/2009	14
Brasil alivia freada na produção de biocombustíveis – Assis Moreira – Valor Econômico – 14/04/2009.....	15
POLÍTICA NACIONAL DE BIOCMBUSTÍVEIS.....	17
Etanol	17
O conselheiro rural do presidente – Leonardo Attuch - Dinheiro rural – abril 2009	18
Desafios climáticos – Marcelo Gleiser – Folha de São Paulo – Ciência – 05/04/2009	22
Cana corta 73% do CO2 – Carlos Albuquerque – O Globo – Ciência – 01/04/2009	23
Queima de cana – Valor Econômico – Agronegócio – 02/04/2009	25
Usinas beneficiadas doaram mais para governadores – Cristiane Agostine e Arnaldo Galvão - Valor Econômico – Política – 07/04/2009	25
Cana garante "alta agrícola" em SP – Valor Econômico – Agronegócios – 07/04/2009.....	26
Energia made in Brazil – Adriano Pires – Valor Econômico – Opinião – 13/04/2009	27
Pró-biocombustíveis – Valor Econômico – Agronegócios – 13/04/2009	29
Preços do etanol – Valor Econômico – Agronegócios – 13/04/2009	29

Álcool já custa menos de R\$ 1 - Nicola Pamplona – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 23/04/2009	30
Usinas veem risco de falta de cana na safra de 2010 – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – 30/04/2009.....	31
Conab divulga safra de cana na quinta-feira – Sítio Eletrônico da Conab – 28/04/2009.....	32
Exportações de etanol ensaiam recuperação – Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios – 16/04/2009	32
Fornecedor de cana da Santelisa cobra os pagamentos atrasados – Valor Econômico – Agronegócio – 16/04/2009.....	34
Setor teme queda no preço da gasolina – Folha de São Paulo – Dinheiro – 17/04/2009.....	35
Mais cana deve ser deixada no campo – Monica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios – 20/04/2009	35
Em 12 anos, área dedicada à cana dobra em SP – Valor Econômico – Agronegócios – 23/04/2009	36
BNDES e BB se preparam para demanda de usinas – Francisco Góes – Valor Econômico – Agronegócios – 28/04/2009	37
Empresas encontrarão barreiras – Monica Scaramuzzo - Valor Econômico – Agronegócios – 28/04/2009	38
Rumo busca sócio para escoar mais açúcar - Ivo Ribeiro e Mônica Scaramuzzo - Valor Econômico – Agronegócios - 28/04/2009.....	39
Cosan costura parcerias para etanol – Monica Scaramuzzo - Valor Econômico – Agronegócios – 28/04/2009	41
Moagem de cana crescerá em 2009/10, prevê Única – Valor Econômico – Agronegócios – 30/04/2009	42
CMN regulamenta programa de estocagem de etanol – sítio eletrônico da CNA – 16/04/2009.....	43
Diversificação da matriz energética – Antonio Pita de Abreu – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 20/04/2009.....	43
Tecnologia reduz resíduo do etanol – Herton Escobar – Estado de São Paulo – Ciência – 23/04/2009.....	45
Álcool já custa menos de R\$1 - Nicola Pamplona – Estado de São Paulo – Economia – 23/04/2009.....	46
O Brasil que o mundo vê – Edson Lobão – Valor Econômico – Opinião – 23/04/2009	47
Agronegócio terá crédito subsidiado de R\$ 12 bilhões – Folha de São Paulo – Dinheiro – 17/04/2009.....	50
Queda no preço do álcool nas usinas chega aos postos – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – 18/04/2009.....	51
CMN regulamenta programa de estocagem de etanol – Sítio eletrônico do MAPA – 16/04/2009.....	52

NE faz pressão por 'SOS sucroalcooleiro' – Paulo Tarso de Lyra – Valor Econômico – Agronegócio – 17/04/2009	53
Gangorra no setor sucroalcooleiro – Arnaldo Corrêa – Valor Econômico – Política – 29/04/2009	54
Biodiesel	57
Governo decide baixar o preço do óleo diesel para estimular economia – Tânia Monteiro – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 15/04/2009	57
Governo expandirá dendê na Amazônia – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Ciência – 05/04/2009	59
Plano conflita com política para o clima – Cláudio Ângelo – Folha de São Paulo – Ciência – 05/04/2009	61
Lula estuda liberar plantio de cana na borda do Pantanal – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Ciência – 11/04/2009	61
Ministro Patrus Ananias participa de inauguração de usina de biodiesel em Montes Claros (MG) – Sítio Eletrônico do MDS - 06/04/2009	63
Ministro Patrus Ananias acompanha presidente Lula em Montes Claros nesta segunda – Sítio Eletrônico do MDS – 03/04/2009	64
Biodiesel da Petrobras – Valor Econômico – agronegócios – curtas – 06/04/2009 ..	65
Diminui a concentração no segmento – Patrick Cruz – Valor econômico – agronegócios – 29/04/2009	66
Sebo apresenta desvantagem, e dependência da soja permanece – Patrick Cruz – Valor Econômico – agronegócios – 29/04/2009	66
Agropauta: câmara setorial discute mercado para oleaginosas e biodiesel – Sítio Eletrônico do MAPA – 30/04/2009	67
Assentamentos do Incra farão parte de programa de biodiesel – Sítio Eletrônico do MDA – 24/04/2009	68
MDA e produtoras de biodiesel participam de reunião em Brasília – Sítio Eletrônico do MDS – 28/04/2009	69
Programa de Produção e Uso de Biodiesel é discutido em Brasília – Sítio Eletrônico do MDA – 24/04/2009	70
ANP começa a avaliar alternativas para comercialização de biodiesel – Patrick Cruz – Valor Econômico – Agronegócios – 29/04/2009	71
RELAÇÕES INTERNACIONAIS	74
Etanol	74
Especialistas da América Latina debatem desafios para o setor sucroalcooleiro – Sítio eletrônico do MAPA – 13/04/2009	74
Califórnia ratifica trunfo ambiental do etanol de cana – Ricardo Balthazar – Valor Econômico – Agronegócios – 09/04/2009	74

Congresso dos EUA ignora CO2 gerado por desmatamento – Bettina Barros – Valor Econômico – Agronegócios – 09/04/2009	77
Para evitar perda, indústria quer revisão de cálculos – Rodrigo Balthazar – Valor Econômico – Agronegócios – 09/04/2009	78
USDA derruba preço do trigo, mas sustenta soja – Valor Econômico – Agronegócios – 13/04/2009	80
Brasil volta a defender o etanol – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 20/04/2009	81
Tema social domina o debate econômico - Gilberto Scofield - O Globo – Economia – 19/04/2009	81
Minc é elogiado na Itália ao defender matriz energética brasileira – Sítio eletrônico do MMA – 22/04/2009	83
Brasil e EUA debatem energia e comércio – Valor Econômico – Internacional – 20/04/2009	85
Porto de Roterdã atrai novas usinas de etanol – MÔNICA Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios – 20/04/2009	86

AMBIENTE ESTRATÉGICO E EMPRESARIAL

Etanol

Canavieiros demitidos reivindicam pagamento de indenização – Sítio eletrônico da Contag – 03/04/2009

Cerca de 400 canavieiros da Usina Una Agroindustrial acamparam na manhã desta quinta-feira (2), na sede da empresa, localizada na fazenda Nascimento do Una, município de Sapé (PB). Eles reivindicam o pagamento das rescisões dos contratos de trabalho e do Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço (FGTS). A Una deveria ter pago os direitos no dia 13 de março. Os canavieiros acampados trabalharam durante a última safra e tiveram seus contratos de trabalho rescindidos no dia 12 de março de 2009.

Segundo o secretário de Assalariados da Federação dos Trabalhadores na Agricultura da Paraíba (Fetag/PB), João Antonio Alves (João Lau), foram realizadas várias reuniões com a Usina e a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE) da Paraíba para estabelecer um acordo e datas para o início do pagamento. "Infelizmente, a Usina não cumpriu com o que se comprometeu".

João Lau também disse que os trabalhadores permanecerão acampados até que a Una pague o que deve. "Resolvemos acampar para que os proprietários providenciem o pagamento o mais rápido possível. Esse dinheiro é a única fonte de renda dessas famílias".

Já o presidente da Fetag/PB, Liberalino Ferreira de Lucena, ainda espera uma saída negociável. "Temos uma convenção coletiva a ser cumprida e os trabalhadores estão exigindo um direito mínimo: receber pelo trabalho realizado. Primamos sempre pela negociação, mas, se não for possível, encaminharemos, juntamente com a SRTE/PB, o caso para a Justiça do Trabalho", disse o dirigente.

Na última segunda-feira (30), houve uma reunião na sede da SRTE com a presença dos proprietários e da assessoria jurídica da empresa. No entanto, não houve entendimento.

Na Paraíba, o piso salarial dos trabalhadores da cana-de-açúcar é de R\$ 432. O valor é resultado da Convenção Coletiva realizada todos os anos com representantes dos trabalhadores e da classe patronal, em negociação intermediada pela DRT/PB.

Fonte: Assessoria de Comunicação da Fetag/PB.

Petrobras anuncia estímulo à agricultura para biocombustível – Sítio eletrônico da Contag – 06/04/2009

O diretor de Desenvolvimento de Biocombustível da Petrobras, o ex-ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, anunciou, nesta sexta-feira, em Belo Horizonte (MG), que a estatal vai criar um plano nacional para estimular o aumento da produção, por parte dos pequenos produtores rurais, de matérias primas do biodiesel.

A idéia é conceder aos agricultores familiares condições de produção com custeio agrícola mais fácil e barato, por meio de linhas de crédito concedidas pelo Banco do Brasil e do Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

Cerca de 8,2 mil produtores do norte de Minas Gerais já estão incluídos no programa. "Estamos fazendo contrato de cinco anos com os agricultores, com cláusulas que incluem possibilidades de reajustes do preço da matéria prima, além da assistência técnica e fornecimento de sementes. Um seguro agrícola para prevenção em caso de estiagem também está incluído," explicou Rossetto.

Para aderir ao programa o produtor tem que ter renda familiar de pequeno porte e se enquadrar em até quatro módulos rurais. A meta é cadastrar 20 mil pequenos produtores no norte do Estado mineiro, que fornecerão matéria prima para a Usina de Biodiesel Darcy Ribeiro, que já funciona desde janeiro e será inaugurada oficialmente na segunda-feira pelo presidente Lula.

A Petrobras informou que já forneceu aos agricultores, para a safra 2008/2009, 100 t de sementes: 65 de mamona e 35 de girassol, certificadas por laboratórios autorizados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Para orientar aos produtores, a empresa presta serviços de assistência técnica agrícola e acompanha a atividade produtiva por meio de uma rede de apoio que chegará a 200 técnicos e mobilizadores de instituições parceiras, até o final da safra 2008/2009.

A iniciativa abrangerá 56 municípios situados no norte de Minas (Baixo Jequitinhonha e Alto Paranaíba). O projeto contempla ainda transporte da safra, o apoio à organização dos pequenos agricultores em cooperativas e o incentivo do plantio de oleaginosas em consórcio com outras culturas alimentícias, como feijão, para garantir, à agricultura familiar, a participação em outros mercados, evitando a monocultura.

O presidente da Petrobras Biocombustível, Alan Kardec, informou que a empresa estatal vai investir R\$ 3,3 bilhões em fontes de energia renovável, de um total de R\$ 174 bilhões do orçamento previsto para investimentos em energia nos próximos anos.

Serão invertidos R\$ 2,4 bilhões no quinquênio 2009/2013. "Já R\$ 400 milhões serão utilizados para a construção de um oleoduto entre Uberaba (MG) e Paulínia (SP); e R\$ 530 milhões em pesquisa e desenvolvimento. O Brasil está bem á frente do mundo no que diz respeito a biodiesel," disse.

Fonte: terra.com.br

Canavieiros preparam pauta de reivindicações 2009 – Sítio Eletrônico da Contag – 07/04/2009

Canavieiros de Goiás se reúnem durante todo o mês de abril para definir a pauta de reivindicações da categoria. A proposta final será concluída em Goiânia entre 25 e 26, quando ocorre assembleia. Cerca de 300 trabalhadores e trabalhadoras de todo o estado participarão.

Em maio, os canavieiros e usineiros se encontram para negociar os salários de 2009. Algumas empresas ainda estão inadimplentes. É o caso da Usina de Santa Helena de Goiás, que não paga os salários desde o fim da safra de 2008.

Este ano é comemorado os 25 anos de luta dos canavieiros goianos. "Há 25 anos realizamos as convenções coletivas de trabalho e somos vitoriosos, graças à coragem e à luta dos trabalhadores rurais da cana", comemora José Maria de Lima, secretário de Assalariados e Assalariadas Rurais da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Goiás (Fetaeg).

Datas	de	de	de	de	de	de	de	de	de	das	das	das	das	das	das	das	das	assembleias:	
4																			Helena
5																			Montividiu
6																			Céu
7																			Serranópolis
11																			Uruana
12																			Itaguaru
13																			Rubiataba
14																			Sanclerlândia
15																			Itapuranga
16																			Itapaci
17																			Brasil
18																			Anicuns

22 de abril - Goianésia
 23 de abril - Pontalina
 24 de abril - Trindade
 25 e 26 de abril - Assembleia Geral dos Canavieiros em Goiânia - Centro de Pastoral Dom Fernando.

Usina quer manter pagamento por produção – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Dinheiro – 14/04/2009

Protocolo de intenções para a melhoria nas condições de trabalho em canaviais ainda tem vários pontos sem acordo

Após nove meses de negociações, governo, usineiros e trabalhadores se reúnem nesta quinta-feira em Brasília para discutir a redação final do que estão chamando de "protocolo de intenções" pela melhoria nas condições de trabalho no setor sucroalcooleiro. Há consensos e pontos sem acordo. Apesar dos pontos sem acordo, os consensos, na visão do governo, devem ser comemorados. Um deles é o compromisso dos usineiros de não mais contratar os cortadores de forma terceirizada. Isso, numa hipótese de ser cumprido à risca por todos os empresários, poderia eliminar os "gatos", como são chamados os aliciadores da mão de obra degradante. A adesão ao protocolo, no entanto, é voluntária e não há previsão de punição para o usineiro que não queira assiná-lo. Ou seja, não há garantias de que as medidas do acordo sejam de fato cumpridas.

Não houve avanço, por exemplo, sobre alimentação. Os usineiros, que buscam se desgarrar do rótulo de patrocinadores da mão de obra degradante, não aceitaram a ideia de fornecer a comida aos cortadores de cana (leia texto abaixo). Outro tema sem acordo é a polêmica sobre a forma que define o valor pago aos cortadores. Os representantes dos trabalhadores pedem um piso salarial nacional, enquanto os usineiros não abrem mão do pagamento baseado na quantidade de cana cortada. Da mesa de negociação, criada a pedido do presidente Lula, participam a Secretaria Geral da Presidência (coordenação); a Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) e a Feraesp (Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo), do lado dos trabalhadores; e a Unica (União da Indústria da Cana-de-Açúcar) e o Fórum Nacional Sucroalcooleiro, da parte dos usineiros. Hoje, segundo os sindicatos, há no país 500 mil trabalhadores no corte de cana, sendo 200 mil deles em São Paulo. O documento final dessa mesa não terá força jurídica, mas servirá como base para adesões voluntárias e, em seguida, cobranças do governo e da sociedade. Apesar dos pontos sem acordo, os consensos, segundo o governo, devem ser comemorados.

Um deles é o compromisso dos usineiros de não mais contratar os cortadores de forma terceirizada, o que tende a eliminar os "gatos", como são chamados os aliciadores da mão de obra degradante. "A figura do gato precisa ser eliminada de uma vez", diz Renato Cunha, do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool no Estado de Pernambuco e, na mesa, representante do fórum sucroalcooleiro. Outro consenso está na contratação da mão de obra migrante diretamente no município de origem. Por exemplo: um trabalhador que sai de Salinas (MG) para trabalhar em Pontal (SP) terá de ser contratado pela usina na cidade mineira, para que já viaje com a carteira de trabalho assinada. Um terceiro ponto acordado é a criação de um mecanismo de "transparência" para que o trabalhador possa acompanhar a aferição da cana cortada. Ou seja, isso não poderá ser feito às escondidas pelas usinas, para evitar a desconfiança entre empregado e empregador. Do lado do governo, será incluído no documento final o compromisso de oferecer estudo e qualificação profissional aos trabalhadores do setor.

Empresa teme fiscalização e não oferece alimento – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Dinheiro – 14/04/2009

O temor da fiscalização da vigilância sanitária foi um obstáculo decisivo para que os usineiros vetassem a proposta de oferecer a alimentação aos cortadores de cana-de-açúcar. "Qualquer problema [que houvesse] no alimento [usineiros] seríamos responsabilizados", afirma Renato Cunha, do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool no Estado de Pernambuco e representante do Fórum Nacional Sucroalcooleiro. "De qualquer forma, existe um compromisso de avançar para um ambiente de alimentação no campo, com mesas e cadeiras", completa Cunha. Segundo a **Folha** apurou, além de criar uma estrutura para as refeições dos cortadores, os usineiros também estão próximos a incluir na redação final do protocolo uma forma de acondicionamento do alimento dos trabalhadores. Em outras palavras, manter quente a marmita e afastar a qualificação de "bóias-frias".

Piso

Não houve acordo também na proposta dos trabalhadores de criação de um piso salarial nacional.

"A ideia era fixar um piso nacional que pudesse elevar a base do salário e com isso diminuir a carga sobre o pagamento por produção. Acho que essa é a grande derrota que sai desse acordo", afirma Elio Neves, presidente da Feraesp. "Ele [cortador de cana] teria um salário assegurado e, com isso, não teria de se matar de trabalhar", afirma Antonio Lucas, da Contag. (ES)

**Monsanto se apropria de pesquisa desenvolvida pela UFV – Sítio Eletrônico do MST –
09/04/2009**

Cerca de 4 mil mudas de cana-de-açúcar desenvolvidas pelo laboratório de pesquisas da UFV (Universidade Federal de Viçosa) foram apreendidas no dia 25 de março na sede da CanaVialis, empresa de biotecnologia pertencente à transnacional Monsanto. A apreensão foi realizada a pedido da 5ª Vara Federal de Belo Horizonte, segundo informações da AGU (Advocacia Geral da União).

As mudas de cana, da variedade RB 857515, foram desenvolvidas por Márcio Barbosa, professor e doutor da universidade. Elas são registradas no Ministério da Agricultura, sob o certificado nº 00271. O registro impõe que empresas que utilizam essas variedades paguem royalties à UFV. Esses royalties são revertidos para atividades de pesquisa.

A UFV alega que as mudas estavam sendo utilizadas indevidamente pela CanaVialis e que a empresa não teria pago os royalties. "A empresa estava multiplicando essa variedade a pedido de seus clientes e negociando as mudas no mercado", afirmou Barbosa ao Valor. A muda RB 857515, considerada rústica e com alta produtividade, é uma das cultivares de cana-de-açúcar mais plantadas no Brasil. De acordo com Barbosa, essa muda ocupa cerca de 1,5 milhão de hectares hoje no país. O processo será julgado na Vara Federal de Belo Horizonte, segundo a AGU.

A apreensão das mudas foi feita pelo escritório de representação da Procuradoria Regional Federal da 3ª Região em Campinas (SP) e da Procuradoria Federal da Universidade de Viçosa com apoio da polícia federal e durou mais que 20 horas. Segundo a AGU, a CanaVialis resistiu inicialmente à apreensão das mudas, o que obrigou a procuradoria obter um mandato na 4ª a Vara Federal de Campinas.

Após o mandato, a Justiça localizou na empresa o arquivo que identificou a presença da variedade RB 867515. As mudas foram encaminhadas ao Centro de Experimento de Cana-de-Açúcar da UFV, em Ponte Nova (MG).

A Monsanto adquiriu a CanaVialis e a Alellyx, empresas envolvidas com biotecnologia e pertencentes à Votorantim Novos Negócios, por US\$ 290 milhões. Procurada, a Votorantim informou, por meio de sua assessoria de imprensa, que o assunto deveria ser tratado com a Monsanto.

Queimadas em pauta – Valor Econômico – Agronegócio – 01/04/2009

O Sindicato da Indústria da Fabricação do Alcool do Estado de São Paulo (Sifaesp) e o Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado de São Paulo (Siaesp) ajuizaram, no Supremo Tribunal Federal (STF), Ação Cautelar para suspender decisão do Tribunal de Justiça do Estado. O TJ-SP julgou improcedente Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a Lei nº 4.446/03, do município de Botucatu (SP), que proibiu as queimadas no preparo do plantio e colheita da cana. As entidades argumentam, no entanto, que a decisão contrariou a Constituição Federal e também a legislação estadual.

Cresce concentração na venda de etanol – Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – agronegócios – 06/04/2009

A Bioagência, companhia que comercializa a produção de álcool de 26 usinas do Centro-Sul do país, negocia a adesão de outras três unidades para engordar o volume de combustível vendido nos mercados interno e externo. Responsável pela comercialização de 10% do álcool produzido no país, a Bioagência faz parte de um seleto grupo de companhias que se consolida cada vez mais no Brasil para fazer frente às distribuidoras de combustíveis.

Altamente concentrada, a distribuição de combustíveis está nas mãos de seis grandes grupos - BR Distribuidora (da Petrobras), Shell, Ipiranga, Texaco, Esso (do grupo Cosan) e Alesat. Esses grupos, juntos, representam 80% do mercado de distribuição de combustíveis automotivos no Brasil.

Nesse cenário, a ponta vendedora começou se organizar para ficar mais coesa e ganhar poder de barganha na hora de negociar o álcool no país. Hoje, cinco grupos comercializadores de etanol - Copersucar, Allicom, SCA, CPA e Bioagência - já respondem por 60% da venda de álcool no mercado interno, segundo Tarcilo Rodrigues, presidente da Bioagência. A paulista SCA reúne as vendas de 54 unidades produtoras; a paranaense CPA, outras 16.

Destes cinco grupo, somente a Copersucar tem mais de 30 anos de experiência na área. Bioagência, SCA e CPA foram criadas no início dos anos 2000 com o movimento de retomada das vendas de álcool combustível no país. A Allicom é a mais nova integrante, criada em setembro do ano passado, a partir da aliança entre os grupos paulistas São

Martinho, São João (USJ) e Santa Cruz. No início dos anos 2000, a concentração na comercialização era bem menor, da ordem de 25% do total negociado no país.

Ainda pulverizada, a frente vendedora englobal, no total, soma cerca de 400 usinas. O mercado de álcool combustível no Brasil movimenta cerca de 22 bilhões de litros de álcool - dos quais 6,5 bilhões são de anidro, misturado à gasolina. Esse volume já supera o de gasolina, que totalizou cerca de 21 bilhões de litros em 2008.

O movimento de concentração na distribuição de combustíveis é mais antigo e ficou agitado a partir dos anos 70, com a entrada da BR Distribuidora, criada em novembro de 1971 pela Petrobras. Nesse mesmo período, a multinacional Shell também adotou uma estratégia agressiva de expansão no país. No início dos anos 90, a Ipiranga ganhou musculatura com a compra da Atlantic. E, mais recentemente, o mercado ganhou novos contornos com as aquisições da Esso pelo grupo Cosan, da Texaco pelo Ultra e da Repsol pelo Alesat.

Com o mercado externo ainda incerto, as apostas das usinas no país continuam firmes. As exportações brasileiras de álcool nesta nova safra, a 2009/10, devem somar cerca de 3,5 bilhões de litros, com um recuo de 25% sobre o ciclo 2008/09. E a forte queda dos preços do álcool no país reforça a necessidade das usinas se unirem para garantirem preços melhores.

Os preços do álcool combustível acumulam retração de 25% este ano, em plena entressafra. Na sexta-feira, o litro do anidro encerrou a R\$ 0,6514 (sem impostos), com baixa de 4,3%. O hidratado encerrou a R\$ 0,5654 (sem impostos), com recuo de 4,6%, segundo o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea). Os custos de produção do álcool no país estão em torno de R\$ 0,70 (o litro).

Como os embarques diretos aos EUA deverão cair por conta do desaquecimento da demanda americana, as vendas via Caribe deverão ser o melhor caminho para atingir os EUA. A Bioagência arrendou uma planta de desidratação na Jamaica e deverá exportar por meio do Caribe cerca de 240 milhões de litros na safra 2009/10. Os primeiros embarques serão feitos a partir de maio.

"A expectativa é de que as cotações do álcool fiquem mais firmes, uma vez que as usinas deverão produzir mais açúcar, e o governo anunciou o programa de 'warrants'. O mais importante seria reduzir a volatilidade dos preços do combustível", disse Rodrigues.

Cartilha do etanol – Valor Econômico – Agronegócios – 14/04/2009

A Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar) anunciará amanhã parceria com as quatro maiores montadoras do país - General Motors, Fiat, Ford e Volkswagen -, que passam, a partir de maio, a incluir a cartilha do etanol no porta-luvas de todos os veículos flexfuel comercializados no Brasil por estas quatro empresas. O objetivo da cartilha, lançada no início deste mês pela Unica em parceria com a Basf, é esclarecer as vantagens do biocombustível.

Gaúcha BSBios deverá adquirir unidade da Agrenco no Paraná – Patrick Cruz – Valor Econômico – Agronegócios – 14/04/2009

A BSBios, de Passo Fundo (RS), será a nova proprietária da usina de produção de biodiesel da Agrenco localizada em Marialva (PR). A transação, que está em fase final de acordos, deverá ser formalizada em maio, depois de ser apresentada aos credores da Agrenco na assembleia marcada para o próximo dia 28 de abril.

"O Paraná é o maior produtor de grãos do Brasil, mas ainda não tem uma usina de biodiesel de grande porte. Essa será a primeira", disse ao Valor Erasmo Battistella, diretor de operações da BSBios. Em 2008, o Estado produziu 7,3 milhões de litros do combustível, ou apenas 0,6% do total registrado no país ao longo do ano.

A aquisição, após efetivada, marcará importante passo no processo de volta ao mercado da Agrenco, que requisitou recuperação judicial em agosto de 2008 e teve o plano aprovado por seus credores em março. O plano prevê a venda da usina de Marialva e do complexo logístico de Del Guazú, na Argentina e também a retomada de posse sobre estoques de soja "presa" como garantia a credores. Com o dinheiro das vendas, a empresa pretende concluir suas duas outras unidades de beneficiamento de grãos, localizadas em Alto Araguaia (MT) e Caarapó (MS).

Os rumores sobre as tratativas da Agrenco para acertar a venda de sua usina para a BSBios circulavam desde o mês passado, mas nenhuma das partes falava sobre o tema. Em novembro, o complexo de Marialva valia R\$ 23,3 milhões, de acordo com o diagnóstico da Setape, empresa contratada para avaliar os ativos da Agrenco.

O negócio, no entanto, deve ficar "bem acima desse valor", diz Battistella, que não deu detalhes da transação. "O valor é bem maior que o da avaliação. Ela foi conservadora", afirma Nelson Bastos, presidente da Íntegra Associados, empresa que assessora a Agrenco em seu processo de recuperação.

O interesse da BSBios pelo mercado paranaense não surgiu com a oportunidade criada pelo anúncio de que a fábrica de Marialva estava à venda. A empresa já havia anunciado um projeto "greenfield" (construção) de uma usina de biodiesel em Cascavel. "Com o B3 [mistura obrigatória de 3% de biodiesel ao diesel mineral], o Paraná tem demanda por 120 milhões de litros de biodiesel por ano. A fábrica de Marialva tem capacidade para 130 milhões de litros", diz Battistella. A unidade receberá aportes adicionais, já que está entre 75% e 80% concluída.

Os investimentos da BSBios incluem os R\$ 10 milhões para o aumento da capacidade em Passo Fundo, que passou de 130 milhões para 160 milhões de litros. O aporte já foi feito, mas a empresa espera pela homologação desse aumento pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). "Estamos de olho não apenas no B4 [aumento da mistura obrigatória para 4%, ainda não-oficial], mas também nas exportações", afirma o diretor. No leilão de compra de biodiesel de fevereiro, o mais recente realizado pela ANP, a BSBios arrematou 18,6 milhões de litros, ou 5,9% do total. Foi a sétima maior fatia da rodada.

Brasil alivia freada na produção de biocombustíveis – Assis Moreira – Valor Econômico – 14/04/2009

Depois de anos em rápida expansão, o crescimento da produção mundial de biocombustíveis sofrerá dramática desaceleração em 2009, de acordo com projeções da Agência Internacional de Energia (AIE). A perda de fôlego só não será maior em razão da elevada produção de etanol no Brasil.

Neste levantamento mais recente, a AIE ajustou para baixo sua estimativa para o incremento da produção global em um volume equivalente a 220 mil barris de petróleo por dia. A entidade prevê, agora, que a produção global de biocombustíveis só aumentará 95 mil barris por dia (6,6%) este ano, ante alta de 345 mil barris/dia (31,55%) registrada em 2008.

A recessão global, a queda dos preços do petróleo, o aperto de crédito, os problemas nos subsídios concedidos pelos governos e a redução da demanda de combustíveis para transporte "conspiram" para minar a produção e a viabilidade econômica dos biocombustíveis, de acordo com avaliação da agência.

Mas a forte revisão mascara realidades diferentes. Os maiores problemas são verificados nos países desenvolvidos, com usinas de etanol ou biodiesel nos Estados Unidos e na União Europeia em falência ou com capacidade ociosa. Ao mesmo tempo, a produção brasileira - que, conforme a AIE, foi maior do que a esperada em 2008 - deverá continuar relativamente estável este ano.

Nos EUA, a projeção é de que entre 15% e 20% da capacidade total de produção de 800 mil barris por dia de etanol já tenha sido cortada ou esteja ociosa, enquanto o restante segue a operar, mas abaixo do potencial. E a lucratividade também diminuiu.

O declínio de 115 mil barris diários na produção de etanol nos EUA tende a ser compensado por maior volume brasileiro. Dessa forma, o "declínio líquido" deverá vir da Europa, da China e de outros países asiáticos. A expectativa é de que um aumento na mistura de etanol na gasolina nos EUA, para 685 mil barris por dia (10,5 bilhões de galões ou 39,7 bilhões de litros), possam oferecer um certo suporte à produção local.

Para a Europa, a AIE projeta estagnação na produção de biodiesel, mesmo com a decisão da UE de sobretaxar as importações procedentes dos EUA. De um lado, pesa o fraco apoio governamental e o excesso de capacidade na Alemanha - maior país produtor do bloco; de outro, a importação de 25 mil barris diários procedente dos EUA deverá ser substituída por ofertas de América Latina e Ásia, mais do que pela própria produção doméstica europeia.

França, Itália, Espanha e Grã-Bretanha elevaram suas metas de produção de biocombustíveis para 2009, mas a alta será pequena. Na América Latina, a estimativa é de aumento da produção em quase 60 mil barris equivalentes por dia, ante os 85 mil barris do ano passado. A maior parte do crescimento vem do etanol brasileiro, que teve média de produção de 460 mil barris por dia em 2008, nos cálculos da agência.

A AIE se apoia em relatório da Unica (entidade que reúne as usinas do Centro-Sul do Brasil) para destacar o que chama de "crescentes barreiras econômicas" que contiveram a expansão do etanol brasileiro. Apenas de 15 a 20 de 35 novas usinas planejadas para este ano verão a luz do dia. Além disso, maior parte da produção de cana vai para a produção de açúcar, que hoje oferece melhores margens.

POLÍTICA NACIONAL DE BIOCOMBUSTÍVEIS

Etanol

Governo sanciona artigo de MP que permite subvenção – Sítio eletrônico da Abag – 14/04/2009

Brasília, 14/04/2009 - A União já está autorizada a conceder subvenção econômica, por meio de equalização de taxas de juros, nas operações contratadas em 2009 e 2010 nos financiamentos para estocagem de etanol. A autorização consta no artigo 19 da Lei 11.922, antiga Medida Provisória (MP) 445, publicada na edição de hoje do "Diário Oficial da União".

O mesmo artigo também permite a equalização nas operações para financiamento de capital de giro para agroindústrias, indústrias de máquinas e equipamentos agrícolas e cooperativas agropecuárias. Os frigoríficos estão entre os setores que poderão ser beneficiados pela equalização.

O texto original da MP dispõe sobre a dispensa de recolhimento de parte dos dividendos e juros sobre capital próprio pela Caixa Econômica Federal (CEF). Durante a tramitação da MP no Congresso, após negociação do governo com parlamentares, foram incluídas várias emendas na área agrícola ao texto original. As medidas deverão ser regulamentadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Além da equalização da taxa de juros, a Lei 11.922 muda as regras da renegociação de dívidas feitas com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) e do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana. No caso do café, a emenda permite a conversão da dívida em produto.

Para o cacau, o texto permite que dívidas sejam renegociadas, como as que tenham risco assumido, parcial ou totalmente, pela Agência de Fomento do Estado da Bahia ou pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).

Nos dois casos, foi ampliado para 2009 o prazo final para renegociação que terminara no ano passado.

Fonte: Agência Estado - Fabíola Salvador.

O conselheiro rural do presidente – Leonardo Attuch - Dinheiro rural – abril 2009

Amigo do presidente Lula, José Carlos Bumlai é um grande confinador de gado e um dos responsáveis pelo sucesso dos biocombustíveis. A próxima tacada é o adubo orgânico que vai multiplicar a produtividade no campo

Na campanha presidencial de 2002, o então candidato Luiz Inácio Lula da Silva foi apresentado a um dos maiores pecuaristas do Brasil. Era José Carlos Bumlai, um engenheiro nascido em Corumbá, no Pantanal, que trabalhou durante 30 anos na construção pesada e que, em paralelo, desenvolveu uma atividade rural modelo em Mato Grosso do Sul: a Agropecuária JB. A empatia entre o candidato e o fazendeiro foi imediata. Lula passou quatro dias na fazenda e gravou ali, nas proximidades de Campo Grande, os programas sobre agronegócio que foram usados na campanha. “Foi um marco histórico”, recorda Bumlai, que concedeu à DINHEIRO RURAL uma de suas raríssimas entrevistas (leia mais abaixo). Nos vídeos, Lula assumiu um compromisso em defesa da propriedade e da produção, afugentando o fantasma de uma reforma agrária radical, que sempre pesou sobre os ombros do PT. Mas, mais do que um aceno ao eleitorado do grande Brasil central, Lula se mostrou de fato interessado em fomentar a produção agrícola. “Todos os dias nós ficávamos conversando até as três, quatro da manhã”, diz Bumlai. E o que mais impressionou o fazendeiro foi a visão apurada que Lula já tinha em relação ao tema agroenergia. “No futuro, assim como Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek serão lembrados pela Petrobras e por Brasília, Lula terá como marca os biocombustíveis”, prevê o fazendeiro.

Enquanto estiveram juntos nas fazendas próximas a Campo Grande, Lula e Bumlai jogaram conversa fora, assaram churrascos, pescaram e se tornaram amigos de infância. A tal ponto que, segundo diz a lenda, Bumlai teria sido convidado para ser o primeiro ministro da Agricultura do governo petista – o que ele nega. “Eu sempre tive noção dos meus limites”, diz o fazendeiro. “Entendo um pouco de pecuária, entendo de cana, de pasto, mas não entendo, por exemplo, de café.” Bumlai não assumiu um cargo na Esplanada dos Ministérios, mas tem sido um dos mais ativos conselheiros do presidente e colaborador do governo quando o tema é agronegócio. Membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social desde sua criação, em 2003, ele participa dos grupos de trabalho de bioenergia, pecuária, infraestrutura, reforma tributária e reforma previdenciária. **Dias atrás, o fazendeiro comemorou a decisão do governo de criar estoques regulatórios de etanol, o que deve reduzir as flutuações de preços para os agricultores.** “Foi importantíssimo, pois o produtor precisa de estabilidade”, diz ele. Bumlai também foi um dos grandes incentivadores da decisão de reabrir as importações de sêmen bovino da Índia – um processo que estava parado desde 1962. “Vem aí um novo choque de produtividade no gado nelore”, afirma. O momento atual da pecuária, com 50 frigoríficos parados, e

vários deles em Mato Grosso do Sul, também o preocupa. “Mas o governo está se mexendo”, garante. O BNDES, comandado por Luciano Coutinho, já anunciou que irá criar linhas especiais para capitalizar os frigoríficos.

“A salvação vem do campo”

José Carlos Bumlai prevê que 2009 será um grande ano para o agronegócio brasileiro

Amigo dileto (e discreto) do presidente Lula, o pecuarista José Carlos Bumlai falou com exclusividade à DINHEIRO RURAL sobre o momento atual do agronegócio e seus novos projetos. Leia a seguir.

Como o sr. avalia o atual momento do agronegócio?

Mesmo com a crise mundial, as pessoas não param de comer. E os preços das commodities agrícolas estão resistindo muito bem. A salvação virá do campo. O Brasil tem no agronegócio um grande amortecedor contra essa crise.

Como o sr. avalia o atual momento do agronegócio?

Mesmo com a crise mundial, as pessoas não param de comer. E os preços das commodities agrícolas estão resistindo muito bem. A salvação virá do campo. O Brasil tem no agronegócio um grande amortecedor contra essa crise.

Mas e a pecuária, que tem vários frigoríficos em dificuldade?

O governo está se mexendo e, ao que parece, o BNDES ajudará as empresas do setor. Há uma crise porque as exportações estão caindo e isso nos deixa uma lição. O Brasil tem que continuar fortalecendo o seu mercado de consumo interno. Aliás, essa é uma das marcas do governo Lula.

Outra marca é a bioenergia. Como o sr. enxerga as perspectivas do setor?

São muito promissoras. O governo acaba de definir que terá estoques reguladores de açúcar e álcool, como tem para outros produtos. O produtor agrícola precisa ter previsibilidade. Com isso e mais o seguro rural, ninguém segura o agronegócio brasileiro.

Por que o sr. está trazendo um adubo orgânico para o Brasil?

Porque o Brasil tem um problema sério nessa área e porque eu também nunca vi nada igual. Quando soube que eles eram capazes de produzir grãos e frutas no deserto, utilizando pouca água, fiquei interessado. O Brasil sempre foi acostumado com a abundância de recursos naturais, mas é preciso otimizá-los. O David Nasser, que foi um grande jornalista no passado, também foi um produtor rural. Quando lhe perguntavam por que comprava terras, ele respondia: “É a única coisa no mundo que Deus não fez mais.” A terra é um bem

escasso, mas é possível e também necessário melhorar seu rendimento. É isso que nós pretendemos fazer, trazendo esse novo adubo para o Brasil.

O que representa para o sr. a amizade com o presidente Lula?
É um privilégio e um motivo de orgulho. Quando o conheci, apresentado pelo governador Zeca do PT, fiquei impressionado com a sua visão sobre todos os problemas brasileiros. E assim como Getúlio Vargas fez história com a Petrobras e JK com a construção de Brasília, Lula será lembrado pelo impulso que deu aos biocombustíveis.

Haverá mesmo um mercado mundial de etanol?
É uma questão de tempo. O mundo precisa de energia limpa e, ao mesmo tempo, tem como prioridade o combate ao aquecimento global. Se o setor sucroalcooleiro não fosse um mercado tão promissor, não teríamos aqui grandes grupos nacionais e internacionais investindo em etanol. Somos a bola da vez.

O que credencia Bumlai como interlocutor direto do presidente em temas rurais é algo que vai muito além da amizade – o que, por sinal, ele jamais alardeou ou utilizou em benefício próprio. **Nas suas propriedades em Mato Grosso do Sul, como a Fazenda Cristo, na cidade de Miranda, ele criou os confinamentos mais produtivos do País.** Utilizando pivôs irrigados e a técnica de integração lavoura-pecuária, ele produz várias safras de milho, que garantem a silagem do gado para a fase final de engorda e acabamento. Embora não revele o número de animais, estima-se algo ao redor de 100 mil bois. Ou, quem sabe, 99.999. Supersticioso, Bumlai tem fascínio pelo número nove. Representa, segundo ele, “a perfeição”. Seu número de celular tem vários noves e um único oito – este, o símbolo do dinheiro. E seu padrão de produção é admirado por vários produtores. “O Bumlai é um dos pecuaristas mais eficientes que eu já conheci”, aponta Jorge Picciani, dono da Agropecuária Monte Verde e um grande nelorista. “É um criador de vanguarda”, reforça Jonas Barcellos, da Mata Velha. Luiz Eduardo Batalha, sócio de Bumlai no Burger King, elogia o perfeccionismo e a discrição do criador. “Ele nunca chegou a uma reunião sem antes ter estudado a fundo o assunto e jamais mencionou a amizade com o presidente”, diz ele. Foi na fazenda de Bumlai, por exemplo, que se rastreou o primeiro boi brasileiro. “É algo de que meus netos poderão se orgulhar”, diz o fazendeiro.

Nas terras de Bumlai, há também uma preocupação com a sustentabilidade e com aspectos sociais. Na Fazenda Cristo funciona a Escola Beatriz de Barros Bumlai, cujo nome presta homenagem a sua esposa, falecida precocemente. Lá, as crianças estudam em regime de internato e recebem ensino de qualidade. Além disso, todos os seus funcionários são registrados. Outra marca de Bumlai é a religiosidade. Ele carrega sempre na lapela do paletó uma imagem de Nossa Senhora Aparecida. “Ganhei do governador Blairo Maggi e nunca tirei”, diz ele.

Tanto Bumlai quanto Maggi têm um ídolo comum: o empresário Olacyr de Moraes, que já foi chamado de “rei da soja”. Bumlai trabalhou por mais de 30 anos na Constran, de Olacyr, onde se tornou um dos principais diretores. Maggi diz a amigos que não terminará seu governo sem antes erguer uma estátua em homenagem a Olacyr, o grande desbravador do Cerrado. “Há mais de 30 anos, estávamos eu e o Olacyr lá em Barra do Bugre plantando os primeiros hectares de cana”, lembra Bumlai. Pioneiro, Olacyr desenvolveu variedades de soja, algodão e cana-de-açúcar adaptadas ao Cerrado. A Usina Itamarati, que ele criou, hoje é a maior do mundo, com capacidade para moer sete milhões de toneladas. Ao falar sobre Bumlai, Olacyr se emociona. “Foi um dos maiores talentos que eu já conheci”, disse ele à DINHEIRO RURAL. Bumlai ajudou a construir um grande sonho de Olacyr: a Ferronorte, que hoje transporta a maior parte da safra de grãos do Cerrado.

Um dos novos projetos do fazendeiro é a produção de açúcar e álcool. Neste ano, ele colocará em operação a usina São Fernando, no município de Dourados (MS). A cana virá das fazendas São Marcos e Santa Inês. Amigo do ex-governador Zeca do PT, Bumlai envolveu-se numa polêmica com a ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva, sobre a implantação de usinas sucroalcooleiras em regiões próximas ao Pantanal. Marina defendia o veto total, mas foi voto vencido. Outro grande sonho de Bumlai é trazer para o Brasil o adubo BioHumin. O produto é orgânico-mineral e foi desenvolvido pelo pesquisador suíço Walter Iten. Vendido de forma líquida ou granulada, o adubo penetra na terra e aumenta sua fertilidade de forma exponencial. A tal ponto que passou a ser usado até em regiões desérticas, como a Jordânia, ou vitimadas por secas constantes, como o Alentejo, em Portugal. “É um produto que reduz drasticamente o uso da água na agricultura”, disse à DINHEIRO RURAL o professor Iten, que veio ao Brasil para acertar os detalhes da parceria com Bumlai. O fazendeiro ficou fascinado quando viu lavouras produtivas no deserto do Oriente Médio. O segredo, segundo o pesquisador suíço, é a capacidade que o adubo dá aos solos de reter mínimas quantidades de umidade.

Dentro de 15 dias, as primeiras amostras do BioHumin chegarão ao Brasil e começarão a ser testadas pela Embrapa. É um produto que pode vir a ser usado no Nordeste e em toda a Bacia do São Francisco – em grande medida, a degradação do rio é fruto do uso indiscriminado da água na agricultura. Mas Bumlai vislumbra uma aplicação do BioHumin também em solos ricos, como o de Mato Grosso do Sul. Isso porque o adubo faz com que as plantas tenham raízes mais profundas. “Com ele, teremos capim de boa qualidade no verão e também no inverno”, prevê Bumlai. Isso reduziria o custo da pecuária em Mato Grosso do Sul, pois os bois seriam criados a pasto e passariam uma temporada bem mais curta nos confinamentos, apenas para que fosse dado o “acabamento” antes do abate.

Aos 64 anos, Bumlai é próximo a várias lideranças do agronegócio. Na infância, o menino pantaneiro foi “despachado” pelos pais para São Paulo, onde foi colega de classe de Luiz Fernando Furlan, presidente da Sadia, e Ivan Zurita, presidente da

Nestlé, no Arquiocesano. “Tocávamos na banda da escola e fomos tricampeões paulistas”, lembra Bumlai, cujo instrumento era a zabumba. Outro bom amigo é o senador pantaneiro Delcídio Amaral (PT-MS). “O Bumlai é um craque da pecuária”, disse o parlamentar à DINHEIRO RURAL. Hoje, esse fazendeiro discreto viaja pelo mundo em busca de novas tecnologias e diz que nunca viu nada parecido com o BioHumin. “Esse adubo vai multiplicar a nossa produtividade agrícola”, garante o fazendeiro. E como seu grande amigo, o presidente Lula, já pensa em criar um instituto depois de 2010 voltado para estudos relacionados ao combate à fome no mundo, com foco em regiões áridas, como a África, a parceria de Bumlai com os suíços tem tudo para ser bem-sucedida. “A biotecnologia, a serviço do homem, é capaz de gerar uma nova revolução verde no planeta”, diz ele.

Colaboraram: Adriana Nicacio e Ibiapaba Netto

Desafios climáticos – Marcelo Gleiser – Folha de São Paulo – Ciência – 05/04/2009

Na semana passada, li uma reportagem da jornalista Sharon Begley na revista americana "Newsweek" que me deixou preocupado. Eu já sabia do enorme desafio que será conseguirmos desenvolver tecnologias de geração de energia limpa de modo a diminuirmos a concentração de dióxido de carbono (CO₂) e outros gases causadores do efeito estufa em tempo útil. Mas os números são desanimadores. E desafiadores.

Começando do começo, é inútil continuarmos a discutir se o aumento da temperatura global está ou não sendo causado pela poluição industrial. Segundo a maioria esmagadora dos cientistas, especialmente aqueles que se ocupam justamente das pesquisas nesta área, o aumento da temperatura global desde o início da era industrial não é uma coincidência.

Mesmo considerando possíveis efeitos naturais -emissões de gases subterrâneos, erupções vulcânicas, flutuações na luminosidade solar- não há dúvida de que a correlação existe: o aumento da temperatura global é, em grande parte, causado pela nossa dependência de combustíveis fósseis. Dado isso, precisamos agir o quanto antes para diminuí-la.

A questão principal no debate sobre como enfrentar os desafios da mudança climática é se devemos focar nossos esforços no desenvolvimento de tecnologias que já existem ou se devemos investir em pesquisas capazes de inovações inesperadas na área.

Em princípio, a resposta é óbvia: devemos fazer os dois. Aprimorar tecnologias de exploração de energia solar, dos ventos, de biomassa e nuclear para que se tornem mais eficientes é fundamental. Muitos dizem que isso será suficiente, que basta melhorarmos o que já temos. Do lado oposto, o diretor do Departamento de Energia americano, o Prêmio Nobel de Física Steven Chu, afirma que precisaremos de invenções revolucionárias, do calibre mesmo de um Prêmio Nobel. O químico Nate Lewis, do Instituto de Tecnologia da Califórnia, que tenta criar materiais capazes de realizar uma espécie alternativa de fotossíntese, produzindo hidrogênio a partir de água e luz solar, concorda.

O objetivo aqui nos EUA é cortar as emissões em 20% até 2020. O problema é que isso não é suficiente: apenas traria as emissões americanas de volta aos níveis de 1990, que é menos do que o Protocolo de Kyoto (que os EUA rejeitaram) exigia. A meta de longo prazo sugerida é cortar em 80% até 2050. Em 2006, o consumo energético do planeta foi de 14 trilhões de watts. Supondo que a população cresça minimamente (saindo dos 6,7 bilhões atuais e chegando a 9 bilhões em 2050), que o crescimento econômico global seja baixo (1,6% ao ano) e que haverá um aumento na eficiência do uso de energia de 500% (!), o mundo usará 28 trilhões de watts em 2050, o dobro de 2006. Como atingir isso com as energias alternativas?

Para usinas nucleares produzirem 10 trilhões de watts em 2050, são necessários 10 mil reatores novos, ou seja, um reator construído dia sim, dia não a partir de agora. Usando todos os ventos disponíveis no planeta, produziríamos 10 trilhões ou 15 trilhões de watts. Um número mais realista seria em torno de 3 trilhões de watts, com 1 milhão de turbinas eólicas. Já com a energia solar, a mais ineficiente no momento, para atingirmos 10 trilhões de watts em 2050, precisaríamos cobrir 1 milhão de telhados por dia até lá! Impossível. A solução é investir pesado na pesquisa básica, especialmente naquela voltada para a geração de energia. Serão necessárias ideias completamente novas, combinando engenharia, física, química e biologia. Um passo ainda mais fundamental, que o Brasil e todos os outros países do mundo deveriam estar tomando agora, é ampliar substancialmente o ensino de ciência nas escolas. Só assim a nova geração terá a chance de transformar o seu próprio futuro.

MARCELO GLEISER é professor de física teórica no Dartmouth College, em Hanover (EUA), e autor do livro "A Harmonia do Mundo"

Estudo da Embrapa quantifica vantagem ambiental do etanol sobre a gasolina

Carlos Albuquerque

Na corrida mundial pelos biocombustíveis, o etanol brasileiro ganha mais alguns pontos. Pesquisa da Embrapa revela que o álcool de cana-de-açúcar emite menos 73% de dióxido de carbono (CO₂) do que a gasolina. O trabalho, que analisou todas as etapas de produção dos dois combustíveis, com clara vantagem para o etanol, mostra também que, se a queima do solo fosse eliminada do processo de colheita de cana, a diminuição das emissões do principal gás causador do efeito estufa, seria ainda maior.

— Fala-se, naturalmente, muito na importância dos biocombustíveis, mas existem casos nos quais um litro de biocombustível pode significar um grande gasto de combustíveis fósseis na sua produção — explica Segundo Urquiaga, um dos quatro pesquisadores da Embrapa Agrobiologia que realizaram o estudo. — Como não adianta termos uma fonte de energia renovável se emitirmos grandes quantidades de CO₂ no processo, decidimos aprofundar o estudo do balanço energético em torno dessa produção e calcular o seu custo ambiental.

E ele mostrou-se bastante favorável ao etanol brasileiro.

No estudo, os pesquisadores avaliaram a quantidade de gases de efeito estufa produzida desde a preparação do solo para o plantio da cana-de-açúcar até o transporte do etanol produzido para o posto e a queima do combustível.

— Para isso, contamos com dados obtidos junto às usinas e empresas que produzem o etanol, que nos informaram os custos de materiais como cimento e ferro cromado, por exemplo, além de quanto gastam com máquinas e para transportar o produto.

A mesma avaliação foi feita com a gasolina: os pesquisadores da Embrapa consideraram a emissão dos gases do efeito estufa, desde a extração do petróleo até a combustão do produto nos motores dos veículos.

— Os dados incluíram também o transporte dos combustíveis até os postos de venda — diz Urquiaga, que estuda a demanda de energia na produção de cana-de-açúcar desde 1995. Na parte final do estudo, já de posse desses dados, foram avaliados os desempenhos de dois carros, um movido à gasolina pura e outro movido a álcool, num percurso de 100 quilômetros.

Queima do solo acarreta emissões

O resultado da comparação — levando em conta os custos da produção — mostrou que houve redução de 73% das emissões de CO₂ com o carro a álcool em comparação com o veículo que usava gasolina pura.

— Se usássemos um veículo com a gasolina brasileira, que tem 24% de diesel, a redução seria um pouco menor, mas mesmo assim, mais satisfatória do que aquela do carro com gasolina pura — afirma Urquiaga.

Segundo o pesquisador, se a queima do solo para a colheita da cana fosse totalmente eliminada, os valores da redução das emissões seriam de 82% em relação a gasolina pura.

— A queima do solo acarreta mais emissões, principalmente de metano, outro gás-estufa. Se a colheita fosse mecanizada, o impacto seria menor.

Queima de cana – Valor Econômico – Agronegócio – 02/04/2009

A deputada estadual Vanessa Damo (PV) apresentou na sexta-feira à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo um projeto de lei que prevê a eliminação da queima da palha da cana no Estado, em áreas com declividade de até 12%, em três anos.

Usinas beneficiadas doaram mais para governadores – Cristiane Agostine e Arnaldo Galvão - Valor Econômico – Política – 07/04/2009

Levantamento junto à Justiça Eleitoral das doações eleitorais das 53 usinas citadas em denúncia publicada na "Época", mostra que os maiores beneficiários são os governadores de Goiás, Alcides Rodrigues (PP), com R\$ 626 mil; de Minas, Aécio Neves (PSDB), com R\$ 459 mil; do Mato Grosso do Sul, André Puccinelli (PMDB), com R\$ 440 mil; o ex-governador e prefeito de Aparecida de Goiânia, Maguito Vilela, com R\$ 401 mil, e o prefeito de Goiânia, Iris Rezende (PMDB), com R\$ 321 mil. O senador Demóstenes Torres (DEM-GO) é um dos que mais arrecadaram recursos com usinas: foram mais de R\$ 194 mil na eleição de 2006. O beneficiário recordista é o também usineiro João Lyra, com R\$ 2,525 milhões.

Acusados de participar de um suposto esquema de desvio de recursos públicos da ordem de R\$ 178 milhões, o Ministério do Planejamento e o deputado José Mentor (PT-SP) evitaram ontem comentar a denúncia publicada pela revista no fim de semana. Segundo a reportagem, os dois políticos, juntamente com o diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Haroldo Lima, ex-deputado pelo PCdoB foram acusados de desviar o montante para pagamento de campanha eleitorais.

Os recursos, em sua origem, seriam para o pagamento de subsídios atrasados cobrados por 53 usinas de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Goiás. José Mentor, segundo a reportagem, seria um dos políticos que trabalharam para que o acordo judicial entre a ANP e os sindicatos de produtores sucroalcooleiros do Centro-Oeste e Minas fosse pago.

O deputado petista negou-se a comentar a denúncia. Em entrevista à "Época", disse que não atuou em interesse das usinas, ao reivindicar junto ao governo os R\$ 178 milhões, mas que estava "apurando denúncia de não cumprimento pelo Executivo de acordo judicial devidamente homologado pela Justiça Federal". Atuou como deputado, disse não ter recebido para isso e negou ter negociado com o ministro Paulo Bernardo, do Planejamento, para liberar a verba.

Na prestação de contas de José Mentor, não há doações de usinas. Chama a atenção, porém, que 19% do arrecadado - R\$ 174.673,57 dos R\$ 913.440,61 - vieram dele. O maior doador foi o PT, por meio do diretório paulista, que deu R\$ 186.197,60.

O Ministério do Planejamento informou, por meio de assessoria, que sua participação na liberação de R\$ 178,43 milhões para o pagamento de um acordo judicial a usinas de álcool de quatro Estados limitou-se aos aspectos legais de um pedido de abertura de crédito especial no orçamento da União para o Ministério de Minas e Energia (MME) a favor da ANP. De acordo com essas explicações, o Ministério do Planejamento recebeu o requerimento acompanhado de pareceres favoráveis do Tribunal de Contas da União, da Advocacia Geral da União, da Procuradoria da ANP e da Consultoria Jurídica do Ministério de Minas e Energia. Com base nessa documentação, opinou pela abertura do crédito especial no orçamento. Nesses casos, a Consultoria Jurídica do Ministério do Planejamento é acionada, mas não é da sua competência questionar o mérito do crédito.

Segundo a revista, o pedido de indenização levado ao Judiciário pelas entidades sindicais dos usineiros referia-se a subsídios devidos pela ANP relativos a 2002 e 2003. A reportagem afirma que, em 2005, a agência desistiu de contestar a ação antes da sentença de primeira instância, apesar de o representante do Ministério Público Federal ser contra o acordo.

De acordo com a "Época", o procurador da República José Alfredo de Paula Silva vai ajuizar ação para anular o pagamento de R\$ 178,43 milhões porque, na opinião dele, o interesse público foi ferido e o ritual da Justiça foi desrespeitado. Para a revista, se o procurador provar o que está dizendo, poderá conseguir a condenação criminal dos responsáveis. A Lei de Improbidade Administrativa (n 8.429 de 2 de junho de 1992) também prevê devolução dos recursos do erário desviados, perda da função pública e suspensão de direitos políticos.

Cana garante "alta agrícola" em SP – Valor Econômico – Agronegócios – 07/04/2009

O IqPR, índice de preços recebidos pelos produtores agropecuários de São Paulo pesquisado pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA) - vinculado à Secretaria da Agricultura do Estado -, encerrou março com variação positiva de 0,03%. Apesar de pequena, foi a terceira alta mensal consecutiva do indicador, que ainda não recuou em 2009.

Como sinalizaram as três parciais divulgadas pelo IEA no mês passado, a leve alta foi garantida pelo comportamento dos preços recebidos pelos produtores de cana, que subiram 1,95%. Por causa deste salto, o grupo formado pelos 12 vegetais monitorados pelo

IEA subiu 1,06%. Não fosse por ele, os vegetais teriam caído 0,17% e o IqPR teria registrado baixa de 1,32%.

Entre os vegetais, também houve aumento de preços nos casos de tomate para mesa (103,58%), trigo (5,02%) e laranja para mesa (4,55%). Diminuíram os valores pagos por feijão (26,12%), laranja para indústria (12,32%), amendoim (10,16%), milho (8,67%), banana nanica (7,07%), soja (5,94%), café (1,24%) e arroz (1,16%).

No grupo de produtos de origem animal, a valorização média de 2,53% apurada foi garantida pelos ovos, cujos preços pagos no campo subiram 8,96%. Mas houve baixas para carne de frango (5,65%), carne bovina (4,37%), leite B (1,79%), leite C (1,73%) e carne suína (0,38%).

Energia made in Brazil – Adriano Pires – Valor Econômico – Opinião – 13/04/2009

Em vez de aproveitar a crise para debater energia limpa, governo, em leilões de energia, aponta para uma matriz cada vez mais suja

No atual contexto de crise econômica, muda o eixo da discussão no setor de energia no mundo e no Brasil. As discussões acerca da escassez de energia e preços elevados passam a dar lugar à sobra de energia e preços baixos. Na realidade, não deveríamos repetir o erro cometido no último ciclo de preços baixos do petróleo que durou 12 anos (1986-1998), quando foram abandonados os programas de energia limpa substituta do petróleo.

A crise econômica abre espaço para um debate sobre uma política pública e de investimentos voltada para o estabelecimento de uma matriz energética limpa e diversificada. Até porque acreditamos que o atual ciclo de preços baixos de petróleo não será tão longo como o anterior, devido ao fato de a oferta de petróleo não ter apresentado um grande crescimento no período de preços elevados do petróleo. Sendo assim, qualquer sinal de recuperação econômica deverá levar o preço do barril rapidamente para 70 a 80 dólares.

Nos Estados Unidos, a preocupação em construir uma matriz energética diversificada e limpa fica muito clara quando observamos o discurso do presidente Obama. Nas suas intervenções sobre a questão energética, o presidente americano demonstra três preocupações. A primeira é a segurança energética. Os Estados Unidos não admitem mais depender do petróleo importado de países que vivem em permanentes conflitos políticos, sociais e muitas vezes religiosos. A OPEP, que congrega a maioria desses países, detém cerca de 80% das reservas mundiais de petróleo. A segunda é em relação ao ambiente. Já é consenso que o mundo não pode mais queimar combustíveis fósseis na quantidade que ocorreu no Século XX. A terceira é gerar novos empregos por meio da produção de

energia. O novo presidente americano, com isso, está propondo uma política energética que terá como objetivos aumentar a segurança energética, ajudar na melhoria do meio ambiente e gerar muitos empregos nesse momento de crise nos Estados Unidos.

No Brasil, é preciso que saibamos aproveitar as nossas grandes vantagens como produtores de energia renovável e ao mesmo tempo as descobertas do pré-sal. Temos sol, terra e água em abundância, por isso podemos ser os mais eficientes e maiores produtores de cana de açúcar, e assim liderarmos a produção de etanol e gerar energia elétrica com o bagaço de cana. Além disso, poderemos nos tornar grandes exportadores de etanol, bem como de tecnologia agrícola e industrial. Com a nossa imensa costa, é possível gerar mais energia elétrica com o vento. E voltar a gerar mais energia nova com as hidrelétricas, repensando a obtenção das licenças ambientais. Com isso, faremos energia made in Brazil limpa.

O que está faltando no Brasil para que possamos caminhar na direção de assegurar uma participação substancial das energias renováveis na matriz energética brasileira é a criação de impostos sobre emissões, mercados de direitos de emitir e premiar os consumidores mais eficientes e que utilizem energias renováveis.

Ao contrário disso, o cenário definido pelos leilões de energia nova realizados no atual governo aponta para uma matriz elétrica cada vez mais suja. Os resultados dos leilões de energia elétrica confirmam a tendência cada vez maior de gerar energia com combustíveis fósseis - e, o que é pior, 45% com óleo combustível que, além sujar a matriz elétrica, sujeita-a à volatilidade de preços desse combustível. Como resultado, 75% da energia acrescentada à matriz elétrica por meio dos leilões é térmica.

Com base no Índice de Custo-Benefício (ICB), os leilões aparentemente negociam a energia elétrica mais barata até o presente. É preocupante, no entanto, que o ICB baseie-se em estimativas teóricas da geração das usinas. Como essas usinas serão construídas em tese para operar apenas em períodos hidrológicos desfavoráveis, tem-se a impressão de que o objetivo do governo de modicidade tarifária vem sendo alcançada. Na verdade a atual metodologia dos leilões está estabelecendo preços irrealistas e enganosos para a geração térmica, posto que estas usinas irão gerar mais tempo que aquele que está previsto nos leilões.

O fato é que a metodologia utilizada nos leilões tem prejudicado projetos que possuem tecnologias limpas de geração e elevados custos de investimentos. Com isso, o Brasil segue na direção inversa dos países desenvolvidos, que buscam aumentar a participação de fontes limpas nas matrizes energéticas.

O pré-sal não pode servir para justificar que a Petrobras, no seu ambicioso plano de investimentos para o período 2009-2013, anuncie a construção de quatro refinarias. Esse

tipo de investimento, além de criar um enorme passivo ambiental, acabará prejudicando ou mesmo inviabilizando o etanol. São poucos os exemplos de países em desenvolvimento com grandes excedentes de petróleo que escaparam à tentação populista de subsidiar os preços dos derivados.

Não há dúvida que o anúncio das descobertas de petróleo na camada pré-sal é alvissareiro. Mas a exploração do pré-sal pode levar a um retrocesso na matriz energética nacional, intensificando o uso do petróleo e invalidando todos os esforços passados para transformá-la em uma das mais limpas do mundo. Só alcançaremos essa meta se estabelecermos uma política energética com visão de longo prazo que utilize da maneira mais apropriada as riquezas do pré-sal e privilegie o consumo de fontes renováveis de energia. Esse é o caminho ser seguido.

Li recentemente um artigo no New York Times onde o autor escreve sobre a caravana climática promovida na Índia utilizando carros elétricos. No Brasil poderíamos promover uma caravana climática com veículos a etanol. Fica a ideia.

Adriano Pires é diretor do Centro Brasileiro de Infra Estrutura (CBIE).

Pró-biocombustíveis – Valor Econômico – Agronegócios – 13/04/2009

As estatais Petrobras e Embrapa anunciaram na quinta-feira que firmaram uma parceria "para consolidar e desenvolver tecnologias que serão utilizadas pela Petrobras Biocombustível na produção de biodiesel e etanol". Segundo informações da Petrobras, foram assinados três convênios, no valor total de R\$ 8 milhões, que envolvem a adequação de sistemas de cultivo de oleaginosas (usadas como matérias-primas na produção de biodiesel), o manejo sustentável da palha da cana-de-açúcar e o desenvolvimento de novas fontes para a produção de biodiesel.

Preços do etanol – Valor Econômico – Agronegócios – 13/04/2009

Os preços médios do etanol subiram na semana passada no Estado de São Paulo. Segundo levantamento do Cepea/Esalq, o litro do anidro (misturado à gasolina) registraram alta de 1,58% em relação à semana anterior, para R\$ 0,6617 (preço de venda das usinas às distribuidoras de combustíveis, sem impostos), enquanto o do hidratado (usado diretamente nos tanques dos veículos) ficou em R\$ 0,5820, salto de 2,94%.

Álcool já custa menos de R\$ 1 - Nicola Pamplona – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 23/04/2009

Litro está mais barato em pelo menos 13 cidades de SP

O litro do álcool já pode ser comprado por menos de R\$ 1 em pelo menos 13 cidades paulistas, incluindo a capital. Segundo a pesquisa semanal de preços da Agência Nacional do Petróleo (ANP), a cidade com álcool mais barato na semana passada era Franca: R\$ 0,939. A tendência de preços baixos deve se manter, dizem especialistas, já que a safra de cana-de-açúcar está apenas no início.

Na capital, o litro do álcool custava, em média, R\$ 1,266 na semana passada, diz a ANP. Em alguns postos, porém, os pesquisadores da agência encontraram o combustível por menos de R\$ 1. O preço mais baixo encontrado na cidade foi de R\$ 0,980.

As outras cidades que tiveram preços abaixo de R\$ 1 foram Americana, Atibaia, Bauru, Campinas, Itápolis, José Bonifácio, Mogi-Guaçu, Olímpia, Ourinhos, Santa Bárbara D'Oeste e Sertãozinho.

Na média nacional, o litro do álcool hidratado está sendo vendido a R\$ 1,465, 2,85% menos do que um mês antes. Em relação a dezembro, caiu 3,1%.

A redução nas bombas, porém, ainda é bem inferior à das usinas: entre a última semana de dezembro e a semana passada, o litro do álcool hidratado vendido pelas usinas ficou 9,3% mais barato.

De todo modo, espera-se que os preços ainda experimentem alguma queda nas próximas semanas. A expectativa é de safra recorde e o mercado externo não deve comprar álcool brasileiro como se esperava.

"Em época de início de safra, os preços costumam ser baixos mesmo. Não há perspectivas de aumento", disse o vice-presidente executivo do Sindicato das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e Lubrificantes (Sindicom), Alísio Vaz.

Esse cenário preocupa o setor sucroalcooleiro, que se endividou para investir em produção e agora tem de conviver com margens em baixa. A situação pode piorar caso o governo opte por reduzir os preços da gasolina, com repasse às bombas.

Na semana passada, o presidente da União da Indústria de Cana-de-Açúcar, Marcos Jank, disse que "qualquer redução seria muito ruim para nós". O setor confia na competitividade ante o derivado de petróleo para manter o nível de vendas.

Além disso, articula-se para obter ajuda do governo federal. Um dos pontos em debate é o aumento da mistura de álcool anidro na gasolina, hoje no limite legal de 25%.

Há entendimentos de que uma medida provisória poderia ampliar o limite para até 30% ou um pouco menos, dependendo de análise técnica feita pelas montadoras.

Usinas veem risco de falta de cana na safra de 2010 – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – 30/04/2009

Sem crédito e sem alta de preços, investimentos perdem ritmo; agora, demanda por matéria-prima cresce com déficit de açúcar

Falta de cuidados e de renovação de muitos canaviais vai contribuir ainda mais para a oferta menor da cana-de-açúcar

O setor sucroalcooleiro interrompeu o boom que vinha registrando nos últimos anos e, em 2008, pisou no freio dos investimentos. Falta de aumento nos preços, principalmente no caso do álcool, e de crédito congelaram vários projetos.

A demanda, no entanto, não arrefeceu. A prevista continuidade da procura interna por álcool, devido ao crescimento da frota de automóveis bicomustíveis, mantém-se, e um novo ingrediente foi acrescentado ao mercado: déficit mundial de açúcar, com a saída da Índia do mercado externo. Com a demanda firme e uma redução nos novos projetos no Brasil, pode faltar cana na próxima safra, segundo Antonio de Padua Rodrigues, diretor da Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar).

Na safra passada, a de 2008/9, entraram em funcionamento 30 novas usinas. Neste ano, serão apenas 23. Já a oferta de cana, que vinha crescendo forte nos últimos anos e teve 74 milhões de toneladas a mais do que em 2008/9, em relação a 2007/8, será de 45 milhões a mais neste ano e de apenas 35 milhões no próximo. A falta de cuidados e de renovação de muitos canaviais vai contribuir ainda mais para essa oferta menor de matéria-prima. Pelo menos 40% da moagem será de cana de quarto corte, que rende de 70 a 75 toneladas por hectare, enquanto a de primeiro corte tem rendimento de 120 a 130 toneladas. Na safra que se encerrou, 18% da cana moída era de primeiro corte, percentual que recua para 12% nesta safra e para 10% na de 2010/11.

Nova

safra

A moagem de cana na safra 2009/10, que já está em andamento, deverá atingir 550 milhões de toneladas na região centro-sul. Incluindo o Nordeste, a moagem desta safra atingirá 610 milhões.

Diferentemente do que vinha ocorrendo nos anos anteriores, a produção de álcool cresce,

mas perde participação na moagem para o açúcar, produto com déficit mundial acima de 5 milhões de toneladas e que passa por uma fase remuneradora nos preços. A Unica estima que 57,9% da cana moída se destinará à produção de álcool nesta safra, percentual inferior aos 60,5% da safra que se encerrou. Já o açúcar, que utilizou 39,5% da cana na safra 2008/9, utilizará 42,1% nesta. A demanda maior por álcool e por açúcar deverá melhorar a renda das usinas nesta safra, principalmente das que têm flexibilidade para optar por um dos produtos. Os novos projetos, e que serão responsáveis pela oferta de 95 milhões de toneladas de cana nesta safra, estão mais voltados para a produção de álcool. As primeiras estimativas da Unica apontam para uma safra de 31,2 milhões de toneladas de açúcar neste ano, 16,6% a mais do que em 2008. Já o volume de álcool sobe para 26,3 bilhões de litros, com alta de apenas 4,7%.

Exportações

As exportações de açúcar, devido ao apetite do mercado externo, crescem para 21,7 milhões de toneladas nesta safra, 22,6% a mais. Já as vendas externas de álcool recuam para 3,6 bilhões de litros, o que corresponde a queda de 15,3%. O aumento de exportações de açúcar neste ano vão exigir uma disponibilidade maior de crédito, que já está fluindo para o setor, segundo Marcos Jank, presidente da Unica. As tradings estão voltando e a taxa de juros está próxima de 8%, ante 15% no pico da crise, afirma Padua.

Conab divulga safra de cana na quinta-feira – Sítio Eletrônico da Conab – 28/04/2009

A primeira pesquisa da safra nacional de cana-de-açúcar 2009 será anunciada na próxima quinta-feira (30), às 11 horas, na sede da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), em Brasília. Os dados serão apresentados pelo secretário de Produção e Agroenergia do Ministério da Agricultura, Manoel Bertone, e pelo diretor de Logística e Gestão Empresarial da estatal, Sílvio Porto.

O levantamento em campo foi realizado por 50 técnicos, no período de 29 de março a 9 de abril. Eles conversaram com representantes de unidades produtoras de açúcar e álcool, órgãos públicos, sindicatos e cooperativas em todo o país. No ano passado, 571,4 milhões de toneladas de cana foram destinadas à indústria, o maior volume registrado até agora. *(Jonas Cavalcanti/Conab)*

Exportações de etanol ensaiam recuperação – Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios – 16/04/2009

Os baixos preços do álcool combustível no mercado interno em plena entressafra começaram a estimular as exportações, mesmo com uma remuneração pouco atraente às

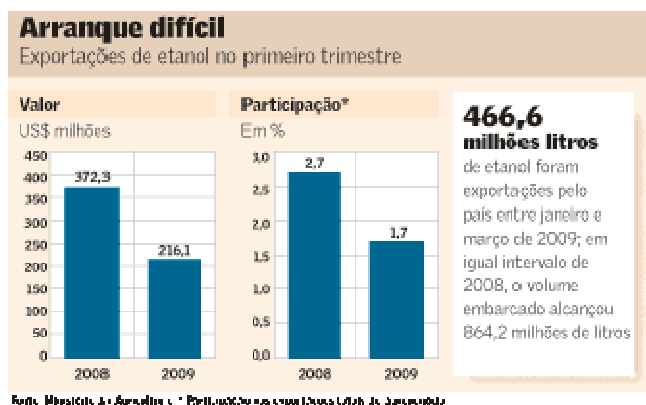
usinas. No primeiro trimestre, os embarques somaram 466,6 milhões de litros, queda de 46% sobre igual período de 2008, segundo dados da Secex (Secretaria de Comércio Exterior), mas os volumes comprometidos com o mercado externo entre abril e maio já ultrapassam 500 milhões de litros. É uma marca que supera as expectativas do mercado e que pode indicar um movimento de recuperação.

"Há um pequeno prêmio [de R\$ 20 por mil litros] para as exportações em relação à venda no mercado interno", afirmou Tarcilo Rodrigues, presidente da Bioagência. Mesmo com preços baixos, os embarques são uma alternativa para o escoamento do produto.

A demanda global por biocombustíveis segue desaquecida. Nos Estados Unidos, as exportações brasileiras deverão ser feitas via Caribe. Os EUA respondem por dois terços dos negócios do Brasil. A expectativa é de alguma melhora da demanda americana por combustíveis com a chegada do verão. O consumo tradicionalmente cresce 10% nessa época. Em março, os embarques brasileiros totalizaram 157 milhões de litros, dos quais cerca de 100 milhões foram para os EUA e o restante para a União Europeia.

"Os preços do álcool operam abaixo do custo de produção", afirmou Plínio Nastari, presidente da consultoria Datagro, que participou ontem do 7º Seminário sobre cenários e perspectivas para o açúcar e álcool, promovido pela Açúcar Guarani.

Levantamento da consultoria Datagro mostra que o açúcar negociado no mercado interno tem seu preço equivalente a 17 centavos de dólar por libra-peso. Ontem, os contratos de açúcar para julho fecharam a 13,56 centavos de dólar por libra-peso, na bolsa de Nova York. Utilizando o mesmo cálculo de conversão, as cotações do álcool anidro equivalem a 10 centavos de dólar e o hidratado a 9,5 centavos de dólar.



A vantagem para o açúcar é muito evidente neste momento. Os custos de produção do álcool anidro alcançam R\$ 0,756 o litro, mas as usinas vendem o produto por R\$ 0,58. O hidratado tem um custo de R\$ 0,818, com venda a R\$ 0,66. Os custos para o açúcar chegam a 10,7 centavos de dólar por libra-peso.

Para a safra 2009/10, a produção de cana está estimada 601 milhões de toneladas, um crescimento de 6,3% em relação ao ciclo anterior (565,12 milhões). A oferta de açúcar ficará em 35,4 milhões de toneladas, aumento de 15,4% sobre a safra anterior, e a de álcool alcançará 27,73 bilhões de litros, com ligeira alta de 1,3%, de acordo com a Datagro. O fatia da produção destinada ao álcool deverá cair de 60,37% para 57,2% neste ciclo. A do açúcar deve subir de 39,63% para 42,8%.

Os embarques de álcool na temporada 2008/09, que estão estavam estimados em 5,05 bilhões de litros, foram revistos para 4,85 bilhões de litros. Para 2009/10, deverão recuar 16,5%, para 4,05 bilhões de litros.

A baixa remuneração do álcool deverá comprometer a renda de boa parte das destilarias independentes do país, uma vez que não produzem açúcar. A forte queda da produção da Índia tem dado suporte às cotações da commodity no mercado internacional. Segundo Arnaldo Corrêa, da Archer Consulting, cerca de 40% da produção de açúcar para a safra 2009/10 já estão com preços fixados. As fixações médias têm sido feitas em cerca de 13,7 centavos de dólar por libras-peso.

Fornecedor de cana da Santelisa cobra os pagamentos atrasados – Valor Econômico – Agronegócio – 16/04/2009

Os fornecedores de cana-de-açúcar da Santelisa Vale, de Sertãozinho (SP), deverão marcar uma reunião na próxima semana com a direção da companhia para discutir os pagamentos atrasados pela matéria-prima entregue. Segundo Manoel Ortolan, presidente da Cooperativa Plantadores Cana do Oeste São Paulo (Canaoeste), o atraso ocorre desde novembro passado.

A Canaoeste fornece matéria-prima para 22 usinas na região de Ribeirão Preto, principal polo produtor de cana do país. A entidade representa 200 fornecedores, que colhem cerca de 1,3 milhão de toneladas de cana.

Segundo Ortolan, dez das 22 usinas instaladas na área de cobertura de atuação da Canaoeste estão com pagamento em atraso. "É a primeira vez que um número grande de usinas tem descumprido o pagamento com os fornecedores. Nem mesmo na crise do fim dos anos 90 isso ocorreu."

Um protesto liderado por fornecedores de cana e trabalhadores que atuam em indústrias de base em Sertãozinho está marcado para hoje na cidade, de acordo com Ortolan. A região tem sido fortemente afetada pela crise financeira pela qual as usinas de açúcar e álcool passam.

Com a sociedade formalizada entre Santelisa e o grupo francês Louis Dreyfus, a situação dos fornecedores de cana deverá ser regularizada, acredita Ortolan. Procurada para comentar o assunto, a Santelisa, por meio de sua assessoria de comunicação, não retornou as ligações. (MS)

Setor teme queda no preço da gasolina – Folha de São Paulo – Dinheiro – 17/04/2009

Se o preço da gasolina cair, a crise no setor sucroalcooleiro piorará, afirma a União da Indústria de Cana-de-Açúcar. A entidade critica a Petrobras por não ter aumentado a gasolina quando o petróleo estava a US\$ 100 o barril, em 2008, freando o crescimento do etanol.

O presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, afirmou que será necessário rever, em algum momento, os preços da gasolina e do diesel, mas não deu prazo. "A decisão não é só política nem só econômica. São as duas coisas."

Mais cana deve ser deixada no campo – Monica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios – 20/04/2009

Pela segunda safra consecutiva, as usinas do Centro-Sul do país deverão deixar a cana em pé nos canaviais. A expectativa para a safra 2009/10, que começou a ser colhida no início do mês, é que um volume de 30 milhões de toneladas serão deixadas no campo. No ciclo passado, 2008/09, o volume que deixou de ser moído foi de 32 milhões de toneladas, segundo levantamento da consultoria Datagro.

Boa parte da expansão do setor foi interrompida pela crise financeira global. A expectativa é de que 23 a 25 novas unidades entrem em operação nesta nova safra, ante uma estimativa anterior à crise financeira, de 43 novas plantas. As usinas do Centro-Sul deverão processar cerca de 535 milhões de toneladas, um crescimento de 7% sobre o ciclo anterior.

O açúcar, por enquanto, é o único produto que está garantindo rentabilidade às usinas do setor, segundo Plínio Nastari, presidente da Datagro. Essa tendência é observada desde o fim do ano passado. Em 2007 inteiro e até o fim do terceiro trimestre de 2008, boa parte dos grupos operou no vermelho. A situação começou a ser revertida com a recuperação dos preços do açúcar.

Por conta disso, as usinas do país deverão elevar fortemente a produção da commodity, que terá um salto de produção de 15%, de 31,1 milhões de toneladas em 2008/09, para 35,9 milhões de toneladas nesta safra. "Nos últimos três anos, a produção ficou entre 30 a 31 milhões de toneladas", disse Nastari.

Já o álcool, cuja produção cresceu acima de dois dígitos no mesmo período, terá apenas um ligeiro incremento de 400 milhões de litros, para 27,73 bilhões de litros. O desaquecimento da demanda global desestimulou a maior produção do combustível, que tem sido vendido no mercado a preços abaixo dos custos de produção.

Na sexta-feira, as cotações do álcool combustível fecharam com forte alta, uma exceção depois de semanas em queda, em plena entressafra. O litro do anidro encerrou a R\$ 0,7367 (sem impostos), com elevação de 11,3%. O hidratado fechou a R\$ 0,6703 o litro (sem impostos), com aumento de 15,2%, segundo levantamento do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea).

Segundo Nastari, a recuperação dos preços do álcool virá a partir do segundo semestre. As usinas deverão se capitalizar com a venda de açúcar para evitar fazer pressão com álcool no mercado. (MS)

Em 12 anos, área dedicada à cana dobra em SP – Valor Econômico – Agronegócios – 23/04/2009

Em 12 anos, a área ocupada pelas plantações de cana-de-açúcar praticamente dobrou em São Paulo e a de milho, na contramão, caiu pela metade, atestando o movimento de substituição do plantio de grãos pelo de cana no Estado. Os números fazem parte do Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária (Lupa) do intervalo 2007/08, o primeiro desde a apresentação do censo 1995/96.

Entre as culturas que no levantamento de 12 anos atrás ocupavam mais de 200 mil hectares, a cana foi praticamente a única a ampliar sua área ocupada - além dela, apenas o plantio de eucalipto também aumentou seu terreno de cultivo. Entre um levantamento e outro, a cana-de-açúcar passou de 2,886 milhões de hectares para 5,497 milhões de hectares, um avanço de 90,4%.

No mesmo intervalo, a área dedicada ao milho recuou pouco mais de 45%, passando de 1,235 milhão de hectares para 667 mil. Também foi pronunciado o recuo do espaço dedicado ao cultivo da soja: a diminuição foi de 44,5%, para 396 mil hectares. Mesmo o café, de secular tradição no Estado, voltou a perder espaço, embora em menor conta. Seu cultivo passou a ser efetuado em 214 mil hectares após a queda de 6,5% na comparação com o censo de 1995/96.

Na pesquisa, realizada por Secretaria de Agricultura, Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (Cati), apurou-se um crescimento simultâneo das áreas de lavouras e das de vegetação natural. As de lavouras (que englobam as terras ocupadas por plantações perenes, temporárias e também por reflorestamentos) passaram de 34% para 44% do total. As áreas de vegetação natural, por sua vez, passaram a responder por 12% do total, em lugar dos 10% do censo da década passada.

Entre um levantamento e outro, as terras dedicadas à atividade agrícola cresceram 2,5%, para 20,5 milhões de hectares. As de pastagens deixaram de responder por 51% do bolo e passaram a 39%. Também houve redução do rebanho bovino, embora em menor proporção, "o que aponta ganho de eficiência no manejo da pecuária paulista", segundo avaliação da Secretaria da Agricultura.

A maioria das propriedades rurais de São Paulo está na fatia dos 20 a 50 hectares de área, característica que já havia sido apurada no levantamento anterior. Entre um censo e outro, no entanto, o tamanho médio das unidades de produção agropecuárias (UPA) caiu de 72 para 63 hectares. Caiu também o número de pessoas que trabalham no campo, mas, em lugar dos trabalhadores permanentes, a maior parte da força de trabalho passou a ser composta por familiares do dono da área de cultivo.

BNDES e BB se preparam para demanda de usinas – Francisco Góes – Valor Econômico – Agronegócios – 28/04/2009

O BNDES e o Banco do Brasil começam a se preparar para atender à demanda por financiamento, a juros fixos, para a estocagem de cerca de 5 bilhões de álcool etílico combustível. Juntos, os bancos dispõem de R\$ 2,3 bilhões para financiar os estoques de álcool com juros de 11,25% ao ano, dos quais R\$ 1,3 bilhão são do BNDES e R\$ 1 bilhão do BB. Mas a oferta de recursos no Programa de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro (PASS) poderá superar o total previsto.

José Carlos Vaz, diretor de agronegócios do BB, afirmou que, se a demanda de empréstimos aprovados dentro do PASS superar R\$ 1 bilhão, o banco terá como atender. Segundo ele, o BB já tinha contratado operações por R\$ 250 milhões, do total de R\$ 1 bilhão, com taxas pós-fixadas, e agora vai trocar essa taxa pós-fixada pela taxa pré-fixada de 11,25%.

Vaz espera que o saldo para completar R\$ 1 bilhão seja contratado em dois meses. O BNDES também trabalha para atender à demanda. O banco distribuiu, na sexta-feira, carta circular a seus agentes financeiros informando-os sobre as condições do PASS. A

operacionalização do programa, pelo BNDES, depende de publicação de uma portaria sobre equalização por parte do Tesouro.

O Tesouro fará a equalização para cobrir a diferença entre o custo de captação do BNDES (mais a margem do banco e do agente na operação) e os 11,25% que serão cobrados no âmbito do PASS. Nas atuais condições, o custo para o Tesouro com a equalização seria de 1,5%. No caso do BB, a equalização não será necessária porque a fonte dos recursos será a poupança rural.

Claudio Bernardo Guimarães de Moraes, superintendente da área de operações indiretas do BNDES, disse que o programa permitirá aos produtores não despejar o álcool no mercado de uma só vez. Ele afirmou que a iniciativa beneficiará empresas das regiões Norte, Centro-Oeste, Sul e Sudeste, além de Ceará, Maranhão, Piauí e sul da Bahia, áreas onde a moagem da cana começa em abril. Entre a data da contratação do financiamento e 15 de dezembro, não haverá pagamento de juros. Os juros serão pagos com o principal e a amortização se dará em quatro parcelas: a primeira em 15 de janeiro e a última em 15 de abril de 2010.

Para os beneficiários de Alagoas, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Sergipe e o resto da Bahia, cuja moagem começa em setembro, não haverá pagamento de juros entre a contratação do empréstimo e 15 de abril de 2010. Os juros serão pagos com o principal em quatro parcelas, sendo a primeira em 15 de maio e a última em 15 de agosto de 2010. O estoque servirá de garantia pelo empréstimo. Num financiamento de R\$ 100 mil, por exemplo, o contratante terá de deixar R\$ 150 mil em garantias tendo como referência o litro do álcool a R\$ 0,70.

Moraes disse que ainda esta semana o BNDES deve distribuir aos agentes carta circular sobre as condições do Programa de Crédito Especial Rural (Procer), outro programa lançado pelo governo para financiar agroindústrias, cooperativas agrícolas e fabricantes de máquinas e equipamentos. O Procer dispõe de R\$ 10 bilhões a serem financiados pelo BNDES com taxa fixa de 11,25% ao ano. O prazo para pagamento será de 24 meses com até 12 meses de carência. O BB também prospecta clientes nesta frente.

Empresas encontrarão barreiras – Monica Scaramuzzo - Valor Econômico –
Agronegócios – 28/04/2009

As usinas sucroalcooleiras, sobretudo as de pequeno e médio portes, poderão ter dificuldade para obter o financiamento do BNDES para estocar a produção de álcool, segundo analistas ouvidos pelo Valor.

"A tendência é de que os grandes grupos consigam os recursos para estocar sua produção durante a entressafra", afirmou uma fonte. Essas mesmas empresas deverão comprar álcool mais barato das pequenas e médias usinas para negociar no mercado, afirmou a mesma fonte.

Altamente endividadas, parte das usinas do setor não tem condições de apresentar a certidão negativa de débitos, necessária para a obtenção da linha de crédito junto ao BNDES.

A situação será pior também para as unidades recém-construídas no país, sobretudo na região do Centro-Oeste. As novas unidades foram construídas apenas como destilarias autônomas, ainda sem investimentos em usina de açúcar. Sem ter como diversificar a produção, boa parte dessas usinas terá apenas o álcool como receita durante esta safra, segundo analistas de mercado.

Atualmente, o açúcar tem remunerado mais que o álcool em mais de 80%. A expectativa é de que os preços do álcool voltem a ficar mais firmes a partir do fim do primeiro semestre deste ano. "O álcool vai continuar muito competitivo para o consumidor nesta safra", afirmou Plínio Nastari, presidente da consultoria Datagro.. "O açúcar deverá gerar capital de giro para estocar o etanol."(MS)

Rumo busca sócio para escoar mais açúcar - Ivo Ribeiro e Mônica Scaramuzzo - Valor Econômico – Agronegócios - 28/04/2009

A Rumo, braço de logística do grupo Cosan, tem um plano ambicioso de se tornar uma das maiores companhias de escoamento de açúcar do Brasil. O grupo está criando uma empresa com infraestrutura integrada, que unirá todos os modais e tem como "benchmark" as operações das mineradoras de ferro do país que unem ferrovia e portos e transporte em grande escala. Com serviço integrado, acredita-se, a empresa vai poder operar com muito mais eficiência.

Criada há um ano e meio, a Rumo Logística S.A. é hoje 100% controlada pelo grupo Cosan, mas sua acionista negocia a entrada em seu capital de investidores focados em infraestrutura, diz ao Valor Marcos Lutz, vice-presidente comercial e de logística da Cosan e presidente da Rumo. O banco Credit Suisse está assessorando a Rumo nesse processo. A empresa poderá ter seu capital aberto no futuro.

"Estamos criando uma empresa para atingir faturamento na casa de US\$ 500 milhões", afirma Lutz. Em 2013, a operadora logística planeja já movimentar 9 milhões de toneladas de açúcar por safra. O país exporta cerca de 20 milhões de toneladas. O objetivo é

alcançar 15 milhões de toneladas a partir de 2015, em uma fase mais avançada do projeto. Durante a entressafra, a Rumo deverá escoar também grãos, sobretudo soja, para ter pleno aproveitamento de sua capacidade instalada nos terminais de Santos.

Atualmente, a Rumo desenvolve uma parceria com a concessionária de ferrovias ALL (América Latina Logística), pela qual as duas companhias vão montar uma plataforma férrea de transporte dedicada a açúcar e seus derivados - do interior de São Paulo até o porto de Santos. O projeto, com investimento financeiro todo bancado pela Rumo, está orçado em R\$ 1,2 bilhão. A gestão e operação da plataforma ficará por da ALL.

O acordo firmado entre as empresas em março tem vigência de 180 dias e sua concretização está na dependência de a Rumo conseguir captar recursos no mercado para garantir a execução do empreendimento. Neste mês, a empresa iniciou o processo de "road shows" (apresentações) a investidores estratégicos no Brasil e exterior - fundos financeiros e de infraestrutura. "Estes últimos buscam projetos com retornos de mais longo prazo", disse Lutz.

O trecho ferroviário da ALL - na antiga linha da Ferroban - será modernizado e duplicado, e ganhará novos pátios, com investimentos da ordem de R\$ 535 milhões. Para a compra de 79 locomotivas e 1.108 vagões estão reservados R\$ 435 milhões. O restante se destina à construção de novo terminal em Itirapina e ampliação dos atuais em Santos.

Lutz explica que, no futuro, a ALL pode ampliar sua capacidade de transporte no corredor, para poder atingir a meta de 15 milhões de toneladas. Além disso, ele conta com uma parte de carregamentos que deverão continuar via caminhões até Santos.

Além da infraestrutura no transporte ferroviário, os planos da Rumo incluem terminais no exterior e até afretamento de navios ou montagem de frota própria. Esta etapa deverá fazer parte de uma segunda fase do projeto gigante que está sendo criado para a Rumo, de chegar a operar 15 milhões de toneladas ou mais de açúcar por ano.

O projeto da plataforma férrea da Rumo está na fase de desenvolvimento, unindo a base de captação de cargas que está sendo criada nas principais regiões produtoras de açúcar do país até os terminais de escoamento para o exterior, no porto de Santos. A primeira etapa prevê um novo terminal de captação de açúcar em Itirapira (SP) e ampliação dos dois existentes em Santos (SP).

"Seremos um grande prestador de serviço nesta área, integrado", comenta Lutz, que levou para a Cosan sua experiência em logística na área de mineração de ferro da Cia. Siderúrgica Nacional (CSN), onde foi responsável pelos negócios de ferrovias (MRS) e portos (Itaguaí). De acordo com ele, o custo de transporte do açúcar por ferrovia "é imbatível".

Lutz, que tinha o cargo de diretor-executivo na CSN, deixou a siderúrgica em direção à Cosan, no começo de 2007. Sua contratação, por Rubens Ometto, já previa a incumbência de montar uma plataforma integrada de escoamento de açúcar dentro do grupo. Ele está muito otimista com esse projeto: "açúcar está muito ligado ao crescimento populacional; a demanda cresce na média de 2,5% ao ano."

A Rumo nasceu já incorporando ativos - terminais em Santos - da antiga Cosan Portuária. A capacidade atual, que será ampliada, com pouco investimento, segundo Lutz, pode chegar a 14 milhões de toneladas. Além disso, desde março, controla em 100% a Teaçú Armazéns Gerais, terminal portuário de exportação de açúcar localizado em Santos (SP). Com a aquisição da Nova América, que detinha os 51%, o grupo passa ter infraestrutura portuária completa.

Cosan costura parcerias para etanol – Monica Scaramuzzo - Valor Econômico – Agronegócios – 28/04/2009

Os planos para o escoamento de álcool do grupo Cosan são igualmente ambiciosos aos de açúcar, mas estão sendo tocados de forma independente ao da Rumo.

No ano passado, a Cosan criou a empresa Uniduto com outras usinas sucroalcooleiras, entre elas a Copersucar, Crystalsev e Allicom (aliança entre a São Martinho e outras três usinas). Essa empresa deverá ser responsável pelo escoamento de álcool via alcoodutos nas principais regiões produtoras do país.

A Uniduto está em estágio de negociação de licenças ambientais desses dutos, que deverá ter 1.100 quilômetros de extensão, em uma primeira fase, com investimentos superiores a R\$ 1 bilhão. Os alcoodutos deverão ter pelo menos dois ramais: entre Ribeirão Preto e Paulínia e entre Conchas e Paulínia.

Os investimentos na Uniduto estão estimados em cerca de R\$ 1,6 bilhão e as operações da nova empresa estão previstas para até 2012. O objetivo da nova empresa é reduzir os custos com o transporte do etanol em 35% a 40% e ampliar a capacidade de exportação brasileira dos atuais 5 bilhões de litros para 14 bilhões de litros por ano.

Outra frente na área de álcool é a Vertical, trading da qual Cosan é sócia com parceiros estrangeiros. Os volumes de álcool negociados pela Vertical ainda são modestos, em torno de 1 bilhão de litros por safra, mas devem crescer, segundo Marcos Lutz, vice-presidente comercial e de logística da Cosan.

A Vertical deverá ser incorporada à Esso, a quinta maior distribuidora de combustíveis, adquirida pelo grupo Cosan em 2008. (MS)

Moagem de cana crescerá em 2009/10, prevê Unica – Valor Econômico – Agronegócios
– 30/04/2009

As usinas da região Centro-Sul deverão moer cerca de 550 milhões de toneladas de cana na safra 2009/10, que teve início em abril, um volume 8,9% maior em relação ao ciclo 2008/09, de acordo com o primeiro levantamento realizado pela União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Unica). Nesta safra, entre 20 e 23 unidades deverão iniciar suas atividades.

O mix de produção em 2009/10 deverá ficar em 42,1% para açúcar e 57,9% para o álcool. No ciclo anterior, a proporção da cana moída para açúcar foi menor, de 39,5%.

Para esta safra, a oferta de açúcar na região ficará 31,2 milhões de toneladas, um incremento de 16,6% sobre 2008/09. O aumento da produção reflete a valorização dos preços da commodity no mercado internacional e a forte queda das cotações do álcool combustível em plena entressafra da cana no Centro-Sul.

A produção de álcool ficará em 26,3 bilhões de litros, um aumento de 4,7% em relação à safra passada, dos quais 19,3 bilhões para o tipo hidratado e 7 bilhões para o anidro, de acordo com a Unica. As exportações de álcool da região deverão recuar 15,3%, para 3,6 bilhões de litros, uma vez que a demanda global pelo combustível está desaquecida.

A Unica ressaltou que as projeções de moagem deverão ser revistas ao longo desta safra, uma vez que parte das usinas poderá adiar o início da moagem por problema financeiros e também por conta das proibições da queima da cana em alguns municípios da região.

Nesta safra, a produtividade deverá ser 4% menor por conta do envelhecimento dos canaviais, reflexo dos baixos tratos culturais e pouca renovação dos canaviais.

Até o dia 15 de abril, 140 unidades tinham dado início à safra. A moagem acumulada no período foi de 16,43 milhões de toneladas de cana, 130% mais que no mesmo período do ciclo anterior. A produção de açúcar acumulada é de 553,1 mil de toneladas e a de etanol de 770,6 milhões de litros.

CMN regulamenta programa de estocagem de etanol – sítio eletrônico da CNA –
16/04/2009

O Programa de Financiamento para Estocagem de Etanol foi regulamentado, há pouco, pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), em reunião extraordinária. A linha de crédito de R\$ 1,31 bilhão tem o objetivo de garantir a regularidade do suprimento e a estabilidade do preço do combustível frente à sazonalidade da produção e aos baixos preços no pico da safra.

A linha será operada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e agentes financeiros credenciados, com taxa de juros de 11,25%, ao ano. Para contratar o crédito, usinas, destilarias, empresas comercializadoras de etanol e cooperativas deverão dar como garantia o próprio combustível estocado no valor de no, mínimo, 150% do saldo devedor. Conforme o voto aprovado pelo CMN, 10% dos recursos destinados ao programa devem ser direcionados à região Nordeste.

Além do valor aprovado nesta tarde, o Banco do Brasil já colocou à disposição outros R\$ 1 bilhão para a mesma finalidade. “Isso significa, ao todo, R\$ 2,31 bilhões para o programa, o que permitirá a estocagem de cerca de cinco bilhões de litros de etanol”, explica o diretor de Cana-de-açúcar e Agroenergia, Alexandre Strapasson.

Diversificação da matriz energética – Antonio Pita de Abreu – Estado de São Paulo –
Economia e Negócios – 20/04/2009

O Brasil tem vivido um processo de desenvolvimento econômico com conseqüente crescimento no consumo de energia elétrica. Em 2006, o aumento foi de 3,5%; em 2007, de 5,8%; e em 2008, de 3,8%.

Para atender ao consumo de forma confiável, é fundamental a disponibilidade de energia firme, que independe de variáveis incontroláveis, tais como a chuva ou os combustíveis de disponibilidade incerta. Para obter essa segurança é imprescindível a diversificação das fontes energéticas utilizadas na produção de eletricidade, com uma matriz formada por várias fontes distintas de energia primária.

Segundo o Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE), o Sistema Elétrico Brasileiro necessitará de uma evolução da potência instalada de 105,6 gigawatts, em 2009, para 154,8 gigawatts, em 2017, com uma expressiva redução da participação das usinas hidrelétricas na matriz energética. Essas usinas foram responsáveis, em 2008, por uma geração de 88% da energia consumida. Algumas delas possuem grandes reservatórios de armazenamento, que funcionam como um amortecedor, reduzindo as oscilações naturais do regime de chuvas. Entretanto, restrições ambientais, a falta de sítios apropriados e próximos aos centros de carga e outros fatores têm determinado a construção de usinas com reservatórios

de menor porte.

Uma das saídas é a construção de usinas termoeletricas de baixo custo de operação, tais como usinas a gás em ciclo combinado. Em termos práticos, teremos o mesmo efeito de uma redução no consumo, pois essas usinas geram em períodos mais secos e reduzem o impacto da variação dos regimes de chuvas no armazenamento dos reservatórios.

A escolha do combustível deve ser baseada em seu custo, em seu impacto ambiental, em sua disponibilidade e no domínio tecnológico para sua eficiente utilização.

Além das usinas termoeletricas convencionais, também devem ser consideradas fontes de energia renováveis, entre elas pequenas centrais hidrelétricas (PCH), usinas eólicas, de biomassa e energia solar. O potencial do Brasil em quaisquer dessas fontes é enorme. Os inventários de PCHs já realizados mostram um potencial da ordem de 5 mil megawatts (MW). Ao mesmo tempo, a sinalização da realização de um leilão eólico em 2009 já determinou o registro na Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) de mais de 4 mil MW em projetos dessa fonte. Em relação à biomassa, estima-se até 2012 uma expansão de 10 mil MW.

As PCHs - com limite de potência instalada em 30 megawatts - têm maior flexibilidade nas regras de comercialização e um licenciamento ambiental mais simplificado, que, aliados à maior rapidez na construção, se tornam bastante competitivos. Entretanto, um alargamento do limite de potência instalada para 50 MW ou 70 MW, estendendo as vantagens da classificação como PCH, aumentaria rapidamente o interesse no mercado por novos aproveitamentos.

Finalmente, há o potencial do "negawatt", a procura de uma maior eficiência energética em toda a cadeia de valor da eletricidade, desde a usina geradora até o mais distante consumidor. Podemos reduzir, ou pelo menos abrandar, o ritmo de crescimento do recurso ao insumo de energias primárias (carvão, óleo, gás, entre outros) e, ao mesmo tempo, diminuir a emissão de CO₂ e outros gases de efeito estufa.

Nesse contexto, o Brasil dispõe de todos os mecanismos para eficientemente equacionar o seu suprimento de energia elétrica: gás, óleo, água, vento, sol, matéria para a biomassa - como o bagaço de cana-de-açúcar -, enfim, tem tudo. Falta talvez consolidar melhor o planejamento de longo prazo, adequando o atendimento às necessidades de consumo a uma combinação eficiente entre as fontes de energia disponíveis e às tecnologias para geração de eletricidade.

Nesse cenário atual, é necessário e urgente aperfeiçoar a concepção dos leilões, nomeadamente os destinados a usinas termoeletricas e os relativos a energias renováveis complementares, como a eólica, a biomassa, etc. Outro ponto fundamental para uma boa

resolução dos problemas de suprimento sustentado de energia elétrica é planejar com antecedência, fomentar a diversificação do portfólio energético, agilizar o licenciamento, articulando as políticas ambiental e energética, bem como manter a pressão sobre a eficiência energética.

O planejamento energético não requer apenas decisão técnica, mas exige também decisão política. No mercado da energia elétrica, há de se conciliar os interesses e as expectativas do Estado, dos agentes privados, além de assumir a existência de entidades reguladoras competentes, dotadas de recursos adequados e verdadeiramente independentes. É preciso explicitar aos investidores os incentivos corretos para a construção das usinas que são realmente necessárias. Essa atitude é decisiva para o equilíbrio da relação entre oferta e consumo e também para garantir o atendimento à demanda de forma confiável e a um mínimo custo.

O resultado de um bom processo de planejamento será a indicação atempada de quantos megawatts hídricos, térmicos ou renováveis complementares devem preferencialmente ser adicionados ao sistema. A partir dessas informações, leilões separados e com o formato adequado para cada tipo de fonte, divulgados com a antecipação necessária, permitirão a expansão desejada do Sistema Elétrico Nacional, atendendo não apenas a critérios de minimização de custos, mas também de mitigação de riscos, por meio de um mix diversificado das fontes energéticas primárias de que o País é pródigo.

Tecnologia reduz resíduo do etanol – Herton Escobar – Estado de São Paulo – Ciência – 23/04/2009

Com adaptação nas usinas, é possível cortar pela metade o volume produzido de vinhaça, dizem pesquisadores

Pesquisadores da academia e da iniciativa privada descobriram uma maneira de reduzir pela metade a quantidade de vinhaça resultante da produção de etanol. A vinhaça é o principal resíduo da indústria da cana – uma mistura de água com matéria orgânica e sais que não pode ser despejada nos rios. A solução desenvolvida pelos cientistas foi duplicar o teor alcoólico dos tanques de fermentação, o que permite produzir mais álcool (e menos vinhaça) de um mesmo volume de açúcar.

Hoje, a maioria das usinas trabalha com um teor alcoólico de 8% nos tanques. Mais do que isso e as leveduras responsáveis pela fermentação morrem intoxicadas no tanque. O resultado é que para cada 1 litro de álcool são produzidos até 12 litros de vinhaça.

Como a vinhaça é rica em potássio – e como a legislação proíbe o despejo no meio ambiente –, as usinas reaproveitam o líquido como adubo, que é lançado sobre as plantações de cana em sistemas de irrigação. O problema é que, como a quantidade de vinhaça é muito grande, o custo de dispersão no campo torna-se também muito alto. Para evitar esse custo, muitas empresas acabam lançando a vinhaça sobre áreas menores, mais

próximas da usina. Isso causa uma concentração elevada do resíduo, que pode contaminar águas subterrâneas.

Pelo novo processo, o teor alcoólico da fermentação chega a 16%. Assim, é possível injetar um caldo de cana mais concentrado (com mais açúcar) nas dornas, sem matar as leveduras. O resultado final da fermentação é mais álcool e menos vinhaça no tanque.

O volume do resíduo cai pela metade—6 litros de vinhaça por litro de álcool—, com o dobro da concentração de potássio. Assim, torna-se economicamente viável transportar e espalhar a vinhaça por uma área maior, com menos impacto sobre o meio ambiente.

“Em vez de dez caminhões, você precisa de cinco”, resume Luiz Carlos Basso, da Escola Superior de Agricultura Luiz de

Queiroz (Esalq) da Universidade de São Paulo (USP). Ele é um dos cientistas parceiros da consultoria Fermentec, que financia e coordena a pesquisa. Segundo o presidente da empresa, Henrique Amorim, a economia para a indústria—se todas as usinas do País adotassem a tecnologia—poderia passar de R\$ 1 bilhão por ano, somadas as reduções de custo no setor agrícola (R\$ 670 milhões) e industrial (R\$ 425 milhões).

Como há menos água misturada ao álcool no final da fermentação, explica ele, as usinas gastam menos para evaporar o combustível e separar uma coisa da outra.

A principal adaptação para trabalhar como teor alcoólico de 16% é o controle da temperatura de fermentação.

Descobrimos que a levedura tem um sinergismo com a temperatura. Para compensar o efeito do teor alcoólico maior, reduzimos a temperatura (*de 33°C para 27°C*), diz Amorim. O processo requer a instalação de máquinas de resfriamento.

A pesquisa é feita há quatro anos em escala piloto na Usina da Pedra, em Serrana (SP). Mais três cientistas da USP e da Universidade Federal de Santa Catarina participam do projeto. O processo não pôde ser patenteado, segundo Amorim, porque já foi apresentado em uma reunião aberta em 2008.

Álcool já custa menos de R\$1 - Nicola Pamplona – Estado de São Paulo – Economia – 23/04/2009

Litro está mais barato em pelo menos 13 cidades de SP

O litro do álcool já pode ser comprado por menos de R\$1 em pelo menos 13 cidades paulistas, incluindo a capital. Segundo a pesquisa semanal de preços da Agência Nacional do Petróleo (ANP), a cidade com álcool mais barato na semana passada era Franca: R\$ 0,939. A tendência de preços baixos deve se manter, dizem especialistas, já que a safra de cana-de-açúcar está apenas no início. Na capital, o litro do álcool custava, em média, R\$ 1,266 na semana passada, diz a ANP.

Em alguns postos, porém, os pesquisadores da agência encontraram o combustível por menos de R\$1. O preço mais baixo encontrado na cidade foi de R\$ 0,980.

As outras cidades que tiveram preços abaixo de R\$ 1 foram Americana, Atibaia, Bauru, Campinas, Itápolis, José Bonifácio, Mogi-Guaçu, Olímpia, Ourinhos, Santa Bárbara D'Oeste e Sertãozinho.

Na média nacional, o litro do álcool hidratado está sendo vendido a R\$ 1,465, 2,85% menos do que um mês antes. Em relação a dezembro, caiu 3,1%.

A redução nas bombas, porém, ainda é bem inferior à das usinas: entre a última semana de dezembro e a semana passada, o litro do álcool hidratado vendido pelas usinas ficou 9,3% mais barato.

De todo modo, espera-se que os preços ainda experimentem alguma queda nas próximas semanas. A expectativa é de safra recorde e o mercado externo não deve comprar álcool brasileiro como se esperava.

“Em época de início de safra, os preços costumam ser baixos mesmo. Não há perspectivas de aumento”, disse o vice-presidente executivo do Sindicato das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e Lubrificantes (Sindicom), Alísio Vaz.

Esse cenário preocupa o setor sucroalcooleiro, que se endividou para investir em produção e agora tem de conviver com margens em baixa.

A situação pode piorar caso o governo opte por reduzir os preços da gasolina, com repasse às bombas.

Na semana passada, o presidente da União da Indústria de Cana-de-Açúcar, Marcos Jank, disse que “qualquer redução seria muito ruim para nós”. O setor confia na competitividade ante o derivado de petróleo para manter o nível de vendas.

Além disso, articula-se para obter ajuda do governo federal.

Um dos pontos em debate é o aumento da mistura de álcool anidro na gasolina, hoje no limite legal de 25%.

Há entendimentos de que uma medida provisória poderia ampliar o limite para até 30% ou um pouco menos, dependendo de análise técnica feita pelas montadoras

O Brasil que o mundo vê – Edson Lobão – Valor Econômico – Opinião – 23/04/2009

Contribuem em muito para a imagem do Brasil os resultados alcançados na produção de biocombustíveis

À frente do Ministério de Minas e Energia desde janeiro de 2008, tenho me dedicado desde então a atender às demandas internas, imensas e numerosas, na proporção do tamanho do Brasil, que a ele chegam a toda hora. Igualmente, tenho cumprido atividades no exterior, as quais só têm crescido em número e importância nesses 15 meses.

Há pouco regressei da Espanha, onde cumpri rica agenda de contatos com instituições e empresas vinculadas à produção de energia eólica, segmento que aquele país

lidera mundialmente. É evidente o interesse espanhol em participar cada vez mais do esforço de implantação desse tipo de energia renovável no Brasil.

A Espanha é o segundo maior investidor estrangeiro em nosso país, tendo aqui aplicado o equivalente a 3% do seu PIB, ou mais de U\$ 35 bilhões. Pelo que pude perceber, o ânimo é o de aumentar essa participação, tanto na área energética, quanto nos setores hoteleiro, financeiro, de telefonia etc.

Em 18 e 19 de março deste ano, visitei Viena, como convidado do IV Seminário Internacional da Organização dos Países Exportadores de Petróleo. Na mesma condição, fora a Jeddah, na Arábia Saudita, em junho de 2008; e a Londres, em dezembro do mesmo ano, quando de reuniões de ministros de Petróleo e Energia dos principais países produtores e consumidores daquele combustível fóssil.

Em Viena, após minha intervenção, o presidente da mesa, ministro de Energia do Qatar, defendeu publicamente o ingresso do Brasil na Opep, embora o país não seja ainda exportador.

Quero com isso ressaltar o aspecto extremamente positivo da imagem do Brasil no exterior, atualmente. Ao lidarmos com nossa dura realidade diária, frequentemente não percebemos que o país vem mudando para melhor e que isso tem reflexo, em escala global, no modo como é visto por seus parceiros. Sinto-me feliz de poder contribuir em prol do esforço pela inserção do Brasil de modo mais protagônico e justo no mundo.

Os convites para as reuniões em Jeddah e Londres levaram em conta a expressiva produção de petróleo que alcançamos, atualmente em torno de 2 milhões de barris/dia, e as perspectivas que se abrem para o Brasil com as recentes descobertas na área do pré-sal. Aos olhos do mundo, o Brasil desponta como importante produtor e consumidor. Nossas posições são consideradas. Somos hoje um país que, não pertencendo ao grupo dos mais desenvolvidos, influencia, com suas decisões, expressiva parte do globo.

Na Espanha, reuni-me com o ministro da Indústria, Turismo e Comércio, Miguel Sebastián, quando repassamos temas de interesse da agenda bilateral na área energética. Meu interlocutor queixou-se da profundidade com que a atual crise financeira internacional vem atingindo seu país e disse torcer para que isso não aconteça com o Brasil, que chamou de "um dos esteios da economia mundial".

Dele soube que, no passado mês de março, o consumo de energia na Espanha havia decrescido 10%, enquanto o do Brasil vem se mantendo relativamente estável. Não pude deixar de refletir sobre as possíveis consequências dessa crise e sobre os esforços do Brasil para não ser por ela tragado.

Também comentei com o ministro espanhol a preocupação do Brasil com seus vizinhos quanto à energia. Na data de meu embarque havia firmado com meu homólogo argentino memorando de entendimento sobre intercâmbio elétrico, pelo qual o Brasil, a exemplo do que já fez no ano passado, abastecerá aquele país com até dois mil MW/dia de energia, entre maio e agosto, quando, devido ao inverno, a energia gerada no país vizinho é insuficiente para atender ao elevado consumo provocado pelas baixas temperaturas. Com o mesmo espírito de cooperação, estamos abastecendo o Uruguai com 400 MW/dia de energia elétrica. Ou seja, não apenas o desenvolvimento do país, mas também sua atuação junto a outros países, tem contribuído para consolidar uma imagem respeitável do Brasil lá fora.

Há outros exemplos que poderia aqui mencionar para reforçar essa impressão. Um deles, a Conferência Internacional de Biocombustíveis, realizada entre 17 a 23 de novembro de 2008, em São Paulo, com a participação de mais de 80 delegações de países estrangeiros. Contribuem em muito para a imagem do Brasil os resultados alcançados na produção de biocombustíveis, a que o país dedicou-se a partir da primeira crise do petróleo, nos primórdios dos anos 70. O fato de produzirmos 25 bilhões de litros anuais de etanol, de sermos o maior exportador do produto e de hoje utilizarmos mais álcool que gasolina em nossa frota de veículos ressalta a posição do Brasil no contexto internacional e, creio, incomoda também.

Não é fácil para o mundo mais desenvolvido aceitar que o Brasil domine uma tecnologia muito mais limpa que a do petróleo, e verificar que foi a partir do seu domínio que conseguimos alcançar a autossuficiência nesse campo. É difícil explicar que o crescimento da produção de etanol não se fez em detrimento do cultivo de alimentos, área na qual o Brasil também avançou significativamente nas últimas três décadas. Não é simples tentar convencer que o etanol pode ter uso complementar ao do petróleo, sem necessariamente concorrer com ele.

Hoje em dia, o Brasil desfruta de situação singular no mundo. É o segundo principal produtor de biocombustíveis e, graças às descobertas na área do pré-sal, entre outras conquistas, prepara-se para entrar no mercado exportador de petróleo. Sem dúvida alguma, essas circunstâncias constituirão forte catalisador de novos investimentos externos diretos no país. Nosso desafio é fazer com que tragam, também, melhores condições de vida para a população brasileira.

Em suma, nem sempre o quadro que pintamos de nosso país corresponde ao que dele se tem lá fora. Pelo que percebo, a imagem externa é francamente favorável.

Edison Lobão é ministro de Minas e Energia.

Agronegócio terá crédito subsidiado de R\$ 12 bilhões – Folha de São Paulo – Dinheiro – 17/04/2009

Bancos oficiais emprestarão a juros baixos para capital de giro e estocagem de álcool

Principais alvos serão os frigoríficos abalados pela crise e usinas de álcool que, com baixa nas exportações, sofrem no mercado interno

O governo anunciou ontem a liberação de R\$ 12,3 bilhões em empréstimos dos bancos oficiais para a agroindústria com juros subsidiados. Trata-se de mais uma tentativa de amenizar o problema da falta de crédito no mercado, reflexo do agravamento da crise.

Apesar de estar disponível para todo o setor agrícola, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, disse que a intenção é atingir principalmente os frigoríficos, que têm enfrentado dificuldades com a crise. "Isso vai beneficiar fundamentalmente frigoríficos, mas também o setor de suinocultura, aves e carne bovina", afirmou.

A decisão foi tomada em reunião extraordinária do CMN (Conselho Monetário Nacional), colegiado formado pelo presidente do Banco Central e pelos ministros da Fazenda e do Planejamento.

Dos recursos anunciados pelo CMN, R\$ 10 bilhões serão destinados à agroindústria, incluindo fabricantes de máquinas agrícolas e cooperativas rurais. O prazo de pagamento será de dois anos, sendo que as parcelas só começam a vencer a partir do segundo ano, e os juros serão de 11,25% ao ano. A taxa cobrada pelo BNDES é inferior aos 12,75% ao ano do custo de captação do banco oficial. A diferença, que geraria perdas de aproximadamente R\$ 66 milhões, será coberta com um subsídio do Tesouro.

Segundo Gilson Bittencourt, secretário-adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda, a ideia é que as empresas do setor tomem esses empréstimos e os repassem a seus fornecedores, que normalmente são menores. "A melhor maneira de irrigar o mercado e fazer a roda andar é por meio do setor agroindustrial." Bittencourt não descartou, porém, a possibilidade de que grandes empresas do setor usem os recursos para compensar prejuízos que tenham tido nos últimos meses com operações no mercado de derivativos, já que não há nenhuma regra que obrigue essas companhias a repassar parte do dinheiro a fornecedores.

Álcool

Além do novo programa de capital de giro para o setor agroindustrial, o CMN também aprovou a liberação de R\$ 2,3 bilhões para os produtores de álcool. Nesse caso, R\$ 1,3 bilhão virá do BNDES, e R\$ 1 bilhão, do Banco do Brasil.

Os recursos serão suficientes para financiar a estocagem de 5 bilhões de litro de álcool, algo próximo de 10% da produção anual registrada no país.

O objetivo é estimular a estocagem durante os períodos em que a oferta de álcool esteja alta, e os preços, baixos. O produtor recebe o empréstimo para adiar a venda do combustível para os períodos de entressafra, quando os preços sobem. Desde 2004, o governo não tem um programa oficial de estímulo à estocagem de álcool. A medida deve tirar do mercado 5 bilhões de litros de etanol, avalia o presidente da Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar), Marcos Jank.

O produto apresenta preços deprimidos há dois anos, diz. A situação gerou crise no setor sucroalcooleiro, que adia projetos de novas usinas.

Após o "boom" do setor em 2006 e 2007, quando os EUA lançaram um megaprograma de etanol que previa inclusive a ampliação das importações do Brasil, a maré virou, as exportações não vieram e sobrou álcool no mercado brasileiro.

Jank diz que o setor buscou financiamento no setor privado para controlar estoques, "mas a crise nos atrapalhou. As linhas de crédito se fecharam."

Queda no preço do álcool nas usinas chega aos postos – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – 18/04/2009

Com baixa de 4,1%, consumidores já pagam R\$ 1,099 por litro na capital paulista

Pesquisa semanal com produtores indica, porém, recuperação do preço, o que pode interromper queda para os consumidores

Deu a louca no mercado de álcool. Na entressafra, quando os preços deveriam subir nas usinas, devido à menor oferta, tiveram forte queda. Agora, que as máquinas começam a ir para o campo para o início da safra, os preços têm alta acelerada. A queda na entressafra, que foi de 31% do início de fevereiro ao início deste mês, está chegando ao bolso dos consumidores, que, nas últimas quatro semanas, pagaram 4,1% menos pelo combustível nas bombas, conforme pesquisa da Folha em São Paulo.

Alguns estabelecimentos já comercializam o álcool a R\$ 1,099 por litro. A pesquisa desta semana do Cepea, no entanto, indica nova recuperação do combustível na

usinas. O hidratado foi negociado, em média, a R\$ 0,6703 por litro -mais 15,2% na semana. A alta não para por aí. Os valores de negociação de ontem já estavam próximos de R\$ 0,90 na porta das usinas.

Antonio de Pádua Rodrigues, diretor da Unica (que reúne as indústrias do setor), diz que essa alta se deve ao equilíbrio entre oferta e demanda, à volta das exportações para o Caribe e ao mercado interno aquecido.

Pádua diz que os preços do álcool não vão se sustentar com o andamento da safra, mas ele acredita que a alta permaneça até meados de maio.

Mesmo com essas oscilações, os preços do álcool vão continuar favoráveis aos consumidores, na avaliação de Plínio Nastari, presidente da Datagro.

Nastari diz que a atual safra de cana-de-açúcar tem contornos diferentes das anteriores. Enquanto naquelas as usinas davam ênfase à produção de álcool, nesta a moagem estará voltada mais para a de açúcar, devido à falta do produto no mercado externo e à recuperação dos preços.

Com perdas de margem nas safras de 2007 e 2008, as usinas devem recuperar receitas com o açúcar em 2009. Essas receitas permitirão a formação de estoques de álcool, inibindo quedas de preços como as ocorridas recentemente.

Os números referentes à safra 2009/10 da Datagro indicam que o Brasil deverá moer 601 milhões de toneladas de cana, 6,3% a mais do que em 2008/9. Impulsionada pela demanda externa maior, a produção de açúcar salta para 35,9 milhões de toneladas, 15,5% a mais do que no ano passado.

Já a safra de álcool não terá grandes alterações. As usinas devem produzir 27,7 bilhões de litros nesta safra, apenas 1,4% acima da de 2008/9.

A Datagro prevê, também, boa recuperação nas exportações de açúcar, que vão a 24,5 milhões de toneladas, superando em 20% as do ano passado. Já o consumo interno de álcool interrompe o forte crescimento dos anos anteriores e sobe para 27,6 bilhões de litros, com evolução de apenas 3,9%.

CMN regulamenta programa de estocagem de etanol – Sítio eletrônico do MAPA – 16/04/2009

Brasília (16.4.2009) - O Programa de Financiamento para Estocagem de Etanol foi regulamentado, há pouco, pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), em reunião extraordinária. A linha de crédito de R\$ 1,31 bilhão tem o objetivo de garantir a

regularidade do suprimento e a estabilidade do preço do combustível frente à sazonalidade da produção e aos baixos preços no pico da safra.

A linha será operada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e agentes financeiros credenciados, com taxa de juros de 11,25%, ao ano. Para contratar o crédito, usinas, destilarias, empresas comercializadoras de etanol e cooperativas deverão dar como garantia o próprio combustível estocado no valor de no, mínimo, 150% do saldo devedor. Conforme o voto aprovado pelo CMN, 10% dos recursos destinados ao programa devem ser direcionados à região Nordeste.

Além do valor aprovado nesta tarde, o Banco do Brasil já colocou à disposição outros R\$ 1 bilhão para a mesma finalidade. “Isso significa, ao todo, R\$ 2,31 bilhões para o programa, o que permitirá a estocagem de cerca de cinco bilhões de litros de etanol”, explica o diretor de Cana-de-Açúcar e Agroenergia, Alexandre Strapasson. *(Da Redação)*

Leia o [Voto Nº1](#) do CMN e a [Resolução Nº 3.708](#) do CMN sobre estocagem do etanol.

NE faz pressão por 'SOS sucroalcooleiro' – Paulo Tarso de Lyra – Valor Econômico – Agronegócio – 17/04/2009

Os governadores de Pernambuco, Eduardo Campos (PSB) e de Alagoas, Teotônio Vilela Filho (PSDB), foram na quinta-feira à chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, pedir socorro ao setor sucroalcooleiro do Nordeste.

Segundo o governador pernambucano, o setor está na entressafra e, tradicionalmente, neste período, as empresas nacionais são financiadas pelas tradings. Com a crise internacional, esse fonte de financiamento secou, deixando quase 200 mil trabalhadores rurais sem garantia sequer de recebimento de salário. "O setor tem, sim, problemas seculares. Mas estamos falando de uma área que representa 70% das exportações do Nordeste".

Para manter o setor estável nesta fase que termina em setembro, quando se inicia a próxima safra, são necessários, segundo Campos, cerca de R\$ 500 milhões. Mas ele afirmou que não quer dinheiro para as empresas. Quer assegurar o pagamento do salários dos empregados. Duas sugestões foram levadas à ministra: a primeira seria a compra antecipada de produtos. A segunda alternativa seria que empresas que já comprem outras commodities passem também a comprar a cana e seus derivados.

Segundo Campos, o setor, apesar de presente na quase todos os Estados nordestinos, é mais forte em quatro deles: Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Em menor escala, a cana é produzida na Bahia, em Sergipe, no Maranhão e no Piauí. "Temos quase 70 mil empresas que, nos períodos de plantio e colheita, empregam 350 mil pessoas. Na entressafra, este número cai para quase a metade", disse.

O governador não acredita que esta crise no setor nordestino represente ameaças à propaganda que o presidente Lula fará ao colega americano Barack Obama sobre as vantagens de se apostar na produção do etanol.

Gangorra no setor sucroalcooleiro – Arnaldo Corrêa – Valor Econômico – Política – 29/04/2009

O mercado de etanol depende largamente do consumo interno via carros flex, que terá uma queda de 6% neste ano

A Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotivos) divulgou recentemente seus números de vendas no mercado interno. O Brasil fechou 2008 com uma venda de 2.867.565 veículos, dos quais, 82% são flex. A frota de veículos leves, estimada pela Archer Consulting no final do ano passado, é de 27,7 milhões, com os flex alcançando 24% do total.

As perspectivas da economia brasileira para este ano já não são mais tão alvissaras como eram antes da crise financeira global. Fala-se inclusive em crescimento do PIB próximo de zero. A marolinha mal avaliada pelo Planalto transformou-se num ciclone tropical. Os bancos registraram recentemente um estoque de 110.000 veículos financiados cujas prestações deixaram de ser pagas e, portanto, devolvidos aos agentes financiadores.

O número de vendas de janeiro e fevereiro desse ano, divulgados pela Anfavea mostra uma desaceleração de 5,2% em relação ao mesmo período do ano passado. As estimativas demonstram que, em 2009, a venda de veículos flex atingirá pouco mais de 1.800.000 veículos. Uma queda em bases anuais de 22%. A questão é como isso afetará o setor sucroalcooleiro?

O cenário, apesar dos percalços, é positivo. Temos que analisar o setor olhando, evidentemente, os dois segmentos: açúcar e álcool.

O açúcar no mercado internacional reflete a equação da oferta e demanda do produto disponível para a exportação. Brasil, China e Índia são grandes produtores, mas também grandes consumidores de açúcar. A Índia pela sua característica de microprodutores é extremamente sensível a preços. Culturas que remuneram melhor substituem rapidamente aquelas cujo retorno é insatisfatório. Como as commodities são cíclicas, ou seja, seus preços oscilam em função da oferta e demanda, temos visto a Índia como um grande swing trader desse mercado, às vezes despontando como grande exportador (quando os preços altos no mercado internacional atraem os microprodutores), outras como grande importador (quando esses preços já não são atraentes e provocam e mudança de cultura).

O Brasil continua líder nesse mercado: exportou mais de 20 milhões de toneladas nos últimos 12 meses, um crescimento de 7,7% no período. Na safra 2008/2009, já foram mais de 17 milhões de toneladas, projetando 20,6 milhões até o seu final. O mercado internacional está estagnado há alguns anos, variando entre 48 e 52 milhões de toneladas negociadas anualmente. Para 2009, no entanto, estimamos que as exportações brasileiras atinjam 21 milhões de toneladas, aproveitando o déficit indiano que vai abrir espaço para a penetração brasileira.

O mercado interno de açúcar cresce basicamente de forma vegetativa. Em períodos em que a economia cresce, o consumo de açúcar migra do consumo direto para o indireto. Por exemplo, com o aumento do poder de compra, os consumidores passam a consumir produtos industrializados que contêm açúcar: a dona de casa, ao invés de fazer o doce/bolo em casa, passa a comprá-lo no supermercado. O consumo de açúcar é inelástico, ou seja, não sofre alterações em função de preço. Para 2009, as estimativas é que o consumo brasileiro chegue a 11,5 milhões de toneladas.

Já o mercado de etanol depende largamente do consumo interno via carros flex, que são o pilar de sustentação do setor. Para 2009, diante do atual cenário, estimamos que o consumo dos carros flex será menor em 6% se comparado ao ano anterior, ou seja, que o consumidor vai comprar 6% menos de combustível durante esse ano em função do próprio desaquecimento da economia. Mas, por outro lado, 65% dos proprietários de carros flex optarão pelo etanol no momento de abastecer. Consideramos também que a mistura de 25% de anidro na gasolina se manterá inalterada.

Assim, neste ano, levando-se todos esses pontos em consideração, o consumo de etanol no Brasil alcançará 23,4 bilhões de litros. A exportação de etanol, que bateu o recorde de 5,118 bilhões de litros no acumulado de 12 meses, em dezembro de 2008, não deverá repetir a mesma performance. As estimativas do mercado dão conta que em 2009 chegaremos ao máximo de 3,5 bilhões de litros. Some-se ainda 1,5 bilhão de litros que são consumidos na indústria química, de bebidas, de perfumaria e outros fins.

No final, somando todas as demandas neste ano de 2009 de maneira bastante conservadora, o setor vai precisar moer quase 612 milhões de toneladas de cana, necessitando de uma expansão de 8,74% no ano. Isso implica em investimentos da ordem de aproximadamente US\$ 4 bilhões.

Apesar da enorme dificuldade de crédito pela qual passam muitas usinas e da travessia penosa nessa entressafra de poucos recursos disponíveis, o cenário é alentador, pois os mercados internacional e doméstico de açúcar remuneram acima do custo de produção. O problema é o etanol, que sofre com o desequilíbrio do mercado de petróleo e da falta de caixa das usinas que empurram os preços para baixo mesmo na entressafra, fazendo com que o hidratado - que é mais de 70% da produção total de etanol - esteja no limite do custo de produção. No mix total, a estimativa é de que as usinas tenham um ganho operacional médio neste ano, antes das despesas financeiras, de US\$ 4,38 por tonelada de cana moída.

Os números acima são conservadores. Poderíamos estimar no modelo as mudanças que ocorreriam caso, por exemplo, não houvesse a queda de 6% no consumo de combustível, ou ainda, que aumentássemos as exportações em mais 800 mil toneladas (exequível em função do déficit indiano) e que, também, fôssemos mais parcimoniosos com a queda na venda de veículos flex para - digamos - apenas 10%. Só essas modificações fariam com que o setor precisasse de uma expansão, agora para a safra 2009/2010, de 12,5%, ou seja, precisaria crescer 1/8 a sua capacidade atual.

Essas restrições de crédito que seguram a expansão necessária podem fazer os preços internacionais oscilarem fortemente durante esse ano e mostrarem dois lados da moeda. Um, o mais óbvio, a remuneração extraordinária para aqueles que tiverem com o fluxo de caixa equilibrado; outro, mais obscuro, é que preços altos incentivam crescimento desordenado e, conseqüentemente, preços deprimidos na safra seguinte.

Arnaldo Luiz Corrêa é especialista em gestão de riscos em commodities agrícolas e diretor da Archer Consulting, empresa de assessoria em Mercado de Futuros, Opções e Derivativos.

Biodiesel

Governo decide baixar o preço do óleo diesel para estimular economia – Tânia Monteiro – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 15/04/2009

Discussão é se o corte de preços será feito por meio de redução de impostos ou se Petrobrás assume custo

O governo vai reduzir o preço do óleo diesel. Não há data para a medida entrar em vigor porque o governo ainda estuda a melhor forma de baratear o combustível. A medida, porém, é considerada fator determinante para incrementar a economia e combater os efeitos da crise internacional. A expectativa é que a redução entre em vigor já em maio.

Ontem, ao ouvir a queixa dos representantes dos caminhoneiros sobre o alto custo do diesel no preço dos fretes, a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, confirmou a decisão política de baixar o preço do óleo, conforme apurou o Estado. Perguntada sobre a conversa e as promessas feitas aos caminhoneiros, a Assessoria de Imprensa de Dilma disse apenas que "a ministra acolheu as demandas dos caminhoneiros e se comprometeu a estudá-las".

Segundo outras fontes ouvidas pelo Estado, o barateamento do diesel foi um dos temas da conversa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com o presidente da Petrobrás, José Sérgio Gabrielli, na noite de segunda-feira.

Na audiência com Dilma, que durou mais de uma hora, os caminhoneiros expuseram as dificuldades que enfrentam, lembraram a importância do setor para a economia e pediram a redução de 30% no preço do óleo diesel. "Realmente, o preço do diesel está impactando demais a economia. Já está na hora de a Petrobrás mexer nesse valor", disse a ministra, segundo relato de um dos participantes.

Sobre o índice de redução, a ministra Dilma, que é a pré-candidata do presidente Lula para disputar a sucessão dele em 2010, foi enfática ao responder ao pedido dos caminhoneiros: "Trinta por cento não dá, mas vamos ver o que é possível fazer". Quanto ao prazo da decisão, ela comentou: "Não garanto que seja agora, este mês, mas quem sabe no mês que vem". Em seguida, reiterou: "Mas vai ter de mexer nesse preço".

Os caminhoneiros saíram animados da audiência e gostaram de ouvir a ministra dizer que "o governo está atento e preocupado" com os problemas que o setor de carga enfrenta. A ministra confidenciou ainda que em assuntos relacionados a transporte de carga, normalmente é o próprio Lula quem leva as notícias para ela. Segundo os caminhoneiros, o presidente ouve queixas diretamente do setor porque teria um parente próximo na categoria.

O governo está discutindo ainda onde poderá mexer para reduzir o preço dos combustíveis em geral, e não apenas do diesel. No ano passado, o Planalto mandou baixar o preço da gasolina a partir da redução da parcela da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), um tributo cuja cobrança vem embutida no preço dos combustíveis.

Agora, poderá usar a mesma estratégia, mas não está descartada a possibilidade de a parte do preço referente à realização dos lucros da Petrobrás, juntamente com o custo do refino do óleo diesel, ser alterada para beneficiar o consumidor.

Hoje, 60% do preço do óleo diesel corresponde ao lucro e ao custo de produção. A distribuição, a revenda e o biodiesel representam 19% do valor. O ICMS é de 13% e a parte da Cide, juntamente com o PIS/Cofins, de 8%.

O preço na bomba é da ordem de R\$ 2,20. O último reajuste do diesel foi em 2 de maio de 2008, quando o preço subiu 15%. No mesmo reajuste, a gasolina subiu 10%.

MINISTRO CONFIRMA

Um ministro confirmou ao Estado a intenção do governo de reduzir o preço do óleo diesel. "Para o diesel, temos uma margem de negociação", informou. "Proporcionalmente, o preço do diesel está mesmo caro e, quando o governo tirou uma parte da Cide sobre a gasolina, não fez isso com o óleo diesel", acrescentou.

Outro auxiliar direto do presidente fez questão de ressaltar que "a economia do Brasil circula sobre rodas e usa óleo diesel" e uma ajuda nessa área teria um forte impacto na contenção dos efeitos da crise.

No caso dos caminhoneiros, de 40% a 50% do valor do frete é consumido pelo combustível. Os caminhoneiros autônomos também reclamaram do alto valor dos pedágios. Eles disseram à ministra Dilma que têm enfrentado dificuldades para pagar as prestações dos financiamentos dos caminhões e pediram um prazo de carência. Os que tomaram empréstimos em bancos públicos puderam refinanciar a dívida, mas os profissionais que recorreram a bancos privados estão perdendo os caminhões.

Há cerca de 1 milhão de caminhoneiros no Brasil e metade deles renovou a frota ou refinanciou sua dívida - a estimativa é que 80% estejam inadimplentes. Segundo o presidente da União Brasil Caminhoneiro, Nélio Botelho, 80% dos que compraram caminhão novo ou refinanciaram os que já possuíam estão enfrentando problemas com os bancos e tendo seus caminhões tomados pelas financeiras por causa de atraso no pagamento das prestações.

"Com a crise, o volume de fretes e valor pago caíram mais de 50%. E não estamos tendo como pagar as prestações", disse Botelho. Hoje, disse ele, a oferta de serviço de

transporte por caminhão é superior à carga disponível. "Transportamos a economia do País e precisamos de apoio do governo", afirmou.

Governo expandirá dendê na Amazônia – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Ciência – 05/04/2009

Plano cogita área igual à de Pernambuco para plantar palmeira exótica na região

Ideia é ampliar programa de biodiesel, mudando lei para permitir área desmatada ser reocupada por monocultura em vez de floresta nativa

Uma área equivalente a quase sete vezes a cidade de São Paulo com plantações de dendê na Amazônia. Essa é a dimensão estimada da primeira etapa do programa de cultivo da palma em larga escala, que ganha os últimos retoques no governo, adiantou o ministro Reinhold Stephanes (Agricultura).

A área total projetada para a expansão do cultivo de dendê na floresta amazônica é dez vezes maior: ela equivale ao tamanho do Estado de Pernambuco. Segundo o ministro, 10 milhões de hectares poderão ser ocupados pela "prima-irmã das palmáceas amazônicas".

A denominação "prima-irmã" usada por Stephanes faz parte da estratégia contra o principal obstáculo ao projeto: a mudança no Código Florestal, lei que proíbe a recomposição de áreas desmatadas da Amazônia com espécies exóticas à floresta, como é o caso do dendê, originário da África.

A mudança é objeto de um lobby de quase quatro anos no Congresso e ganhou alento com o aval do ministro Carlos Minc (Meio Ambiente), dado no ano passado. Na ocasião, Minc ponderou que, por rígidas, as regras em vigor condenariam a Amazônia a não recompor imensas extensões de áreas já degradadas. E sentenciou: "Quem tudo quer, tudo perde", para espanto de parcela dos ambientalistas.

A ideia tem aval mais entusiasmado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sobretudo pela perspectiva de abertura de postos de trabalho. Para cultivar 1 milhão de hectares de dendê são necessários 100 mil trabalhadores, estima-se.

Biodiesel

O projeto do governo está diretamente ligado ao programa brasileiro de biodiesel. A legislação prevê que a adição de biodiesel ao diesel, hoje de 3%, será de 5% em 2013. A maior parte do fornecimento hoje é feito com óleo de soja subsidiado pelo governo.

Defensores do projeto, como Stephanes, acrescentam dois senões à soja: seu cultivo demanda menos mão-de-obra e é menos vantajoso do ponto de vista de captura de carbono da atmosfera.

Os aspectos econômicos pesam mais: o Brasil importou no ano passado mais de 200 mil toneladas de óleo de dendê. A produção nacional está em torno de 170 mil toneladas de óleo por ano. A área plantada é estimada em 70 mil hectares, o que representa 7% da meta inicial do governo. "Com 1 milhão de hectares dá para deixarmos de importar e garantimos a produção de biodiesel até a fase do B-5. Isso é economicamente, socialmente e ambientalmente ótimo", sustenta o ministro.

Planta típica da zona tropical, o dendê hoje tem participação nula no programa brasileiro do biodiesel. E vice-versa. A maior parte da produção, liderada pela empresa Agropalma, assim como a maior parte do óleo de dendê importado, se destina à indústria de alimentos. Em segundo lugar vem a indústria de cosméticos.

Sem pancada

Instalada no Pará, onde produz 150 mil toneladas de óleo ao ano, a Agropalma mandou fazer estudos sobre o potencial de expansão do cultivo do dendê na região. As conclusões divergem das do governo. Em vez dos 10 milhões de hectares citados pelo ministro da Agricultura, a empresa fala em 6,2 milhões de hectares, o equivalente a quase três vezes o tamanho do Estado do Sergipe.

Marcello Brito, diretor da Agropalma, diz que o estudo leva em conta critérios ambientais internacionais: "Isso é fundamental para que o Brasil não tome pancada da sociedade internacional, como a Malásia e a Indonésia (os dois maiores produtores mundiais, que vêm sistematicamente arrasando suas florestas para plantar dendê)".

Segundo Brito, sem os devidos cuidados com o licenciamento ambiental, por exemplo, o cultivo pode fazer aumentar o desmatamento. O licenciamento também precisa considerar impactos sociais, já que o cultivo do dendê exige muita mão-de-obra.

A falta de oferta de sementes no mundo é outro problema, adverte.

A proposta de um acordo de mudança no Código Florestal prevê o uso de espécies exóticas, como o dendê, em até 50% de áreas já desmatadas e que ultrapassem o limite de 20% de abate de florestas nas propriedades. O lobby em favor da mudança começou com projeto de lei apresentado pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) em 2005. "O dendê é o petróleo verde", insiste o senador.

A Petrobras também demonstra interesse na produção de óleo de dendê. Em outubro passado, assinou acordo com a portuguesa Galp Energia para desenvolver projeto de produção de biodiesel a partir de 2013. Apesar de ter recebido o nome de "Projeto Belém", o polo da Petrobras deverá ser instalado na Bahia.

Plano conflita com política para o clima – Cláudio Ângelo – Folha de São Paulo – Ciência – 05/04/2009

O governo quer mais biodiesel para substituir o diesel e conter o aquecimento global. Para isso, topa mudar a lei que limita o desmatamento, arriscando jogar a floresta na mão de gente que está louca para cortar árvores -e agravar o aquecimento. Do ponto de vista do clima, é um mau negócio. O plano nacional do clima diz que o biodiesel evitará a emissão de 62 milhões de toneladas de CO2 em 9 anos. O desmate emite 700 milhões por ano. Do ponto de vista de imagem, idem. Em dezembro, a conferência do clima de Copenhague verá Lula como o "presidente verde". Se o Código Florestal cair, Lula não terá ninguém lá para chamá-lo de "meu chapa".

Lula estuda liberar plantio de cana na borda do Pantanal – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Ciência – 11/04/2009

Usineiros podem ganhar permissão para entrar na bacia do Alto Paraguai; ambientalistas temem contaminação de rios

Debate provoca adiamento no anúncio do zoneamento do setor sucroalcooleiro; área de 110 mil km² pode ser aberta para nova plantação

A pressão para liberar a expansão do cultivo de cana-de-açúcar na bacia do Alto Paraguai -uma área equivalente ao território de Alagoas, no entorno do Pantanal mato-grossense- já provoca um novo adiamento de cinco meses no anúncio do zoneamento da cana, um compromisso internacional assumido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva na cruzada em defesa do biocombustível.

A Folha apurou que a tendência no Planalto é permitir a expansão da cana numa área de 110 mil quilômetros quadrados na parte alta da bacia, na qual já existem cinco usinas funcionando. Elas foram instaladas até o início dos anos 1980, antes de uma resolução do Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente) vetar novos empreendimentos no local.

De acordo com estudos de técnicos do governo, a bacia dispõe de 56 mil quilômetros quadrados aptos ao cultivo da cana, apesar de abrigar também as nascentes dos rios que deságuam no Pantanal.

Promessa em dúvida

A expansão da área já plantada -vinculada à ampliação ou construção de usinas- é combatida por ambientalistas. Eles afirmam que o lançamento acidental de vinhoto produzido nas usinas de álcool nos rios ameaça contaminar diretamente o Pantanal. A proposta do zoneamento (ou seja, do estabelecimento dos lugares onde se poderá ou não plantar cana) que excluía a bacia do Alto Paraguai e o bioma Amazônia da área de expansão do cultivo foi entregue ao presidente Lula no ano passado. Era fruto de um acordo entre os ministros Carlos Minc (Meio Ambiente) e Reinhold Stephanes (Agricultura).

O próprio Stephanes, no entanto, não considerava a decisão madura, apesar dos muitos meses de negociações. Por isso, Lula deixou de anunciar o zoneamento em novembro, durante a Conferência Internacional sobre Biocombustíveis, realizada em São Paulo.

Uma nova rodada de debates foi aberta. Nela, a ministra Dilma Rousseff (Casa Civil) ouviu argumentos dos governadores Blairo Maggi (MT) e André Puccinelli (MS), ambos defensores da liberação.

Em 2007, Lula assumiu em Bruxelas o compromisso de impedir a expansão da cana na floresta amazônica e sobre áreas de produção de alimentos. O zoneamento da cana, que formalizaria esse compromisso, seria anunciado até julho do ano passado. Mas, por ora, não passa de discurso.

Autoimolação

Desde 1985, uma resolução do Conama proíbe a instalação de novas usinas na Bacia do Alto Paraguai, além das cinco que já estavam na região.

Mas há pedidos de novas usinas tramitando tanto em Mato Grosso quanto em Mato Grosso do Sul. Tentativas de suspender a proibição enfrentaram manifestações populares. E, em 2005, o ambientalista Francisco Anselmo Gomes de Barros, o Franselmo, ateou fogo ao próprio corpo durante um protesto no centro de Campo Grande e morreu. "Já que não temos votos para salvar o Pantanal, vamos dar a vida para salvá-lo", escreveu o ambientalista na carta que deixou para explicar sua atitude.

No bioma Amazônia, que se estende por uma área de mais de 4 milhões de quilômetros quadrados que Lula insiste não ser propícia ao cultivo da cana, documento da

Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) apontou o crescimento do cultivo nos Estados do Acre, de Roraima e do Pará.

A proposta de zoneamento levada ao Planalto, após debate no governo, prevê que, independentemente da proibição para a expansão da cana, as atuais usinas terão o funcionamento garantido.

O governo trabalha com estimativas de crescimento da área plantada de cana em cerca de 7 milhões de hectares na próxima década. Isso corresponde a pouco mais do que a soma dos territórios dos Estados de Sergipe e do Espírito Santo.

Ministro Patrus Ananias participa de inauguração de usina de biodiesel em Montes Claros (MG) – Sítio Eletrônico do MDS - 06/04/2009

O ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, participou nesta segunda-feira (06/4), em Montes Claros (MG), da cerimônia de inauguração da usina de biodiesel da Petrobras, que recebeu o nome de Darcy Ribeiro em homenagem ao etnólogo, antropólogo, professor, educador, ensaísta e romancista, natural daquela cidade. Patrus Ananias integra a comitiva do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que classificou a usina como parte fundamental de um programa estratégico do Governo Federal para reduzir o aquecimento global e promover a geração de emprego e renda no campo.

Bastante aplaudido durante o evento, o ministro Patrus destacou a importância da usina para os agricultores familiares e a economia regional, já que parte dos fornecedores da usina vêm da agricultura familiar. Ao lado de vários ministros de Estado e governadores, o presidente Lula enfatizou que a economia está dando sinais de recuperação, graças à desoneração de vários produtos por parte do Governo Federal. Ele lembrou, ainda, que a redução dos impostos contribui para melhorar a situação nacional e em particular das Prefeituras que, com essa medida governamental, podem aumentar a arrecadação.

Agricultura familiar – No auge da produção, a usina Darcy Ribeiro comprará a produção de 20 mil agricultores familiares de Minas Gerais, mas desde já um programa piloto vai beneficiar 250 famílias de agricultores, que receberão os recursos via cartão magnético. A usina produzirá óleo de mamona, soja, oleaginosas em geral e, futuramente, comprará óleo de cozinha com intuito de diminuir a poluição dos rios causada por esse produto.

Participaram também da inauguração da usina o vice-presidente da República, José Alencar; a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff; os ministros das secretarias Geral da Presidência da República, Luiz Dulci, e de Relações Institucionais, José Múcio Monteiro Filho; os ministros das Cidades, Márcio Fortes; do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge; da Integração

Nacional, Geddel Vieira Lima; do Planejamento, Paulo Bernardo; da Previdência, José Barroso Pimentel; e de Transportes, Alfredo Pereira do Nascimento.

Além do governador de Minas Gerais (MG), Aécio Neves, estiveram presentes à cerimônia os governadores da Bahia (BA), Jacques Wagner; do Ceará (CE), Cid Gomes; da Paraíba (PB), José Maranhão; de Pernambuco (PE), Eduardo Campos; do Rio Grande do Norte (RN), Wilma de Faria; de Sergipe (SE), Marcelo Déda; e o governador em exercício do Espírito Santo (ES), Ricardo Ferraço.

Agora à tarde, o ministro Patrus participa da 5ª reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Sudene e do X Fórum de Governadores do Nordeste, região que concentra o maior número de beneficiários do Bolsa Família – 5,7 milhões de famílias, de um total de 11 milhões em todo o Brasil. A visita termina às 17h, com assinatura de atos e comemorações dos 50 anos da Sudene e entrega de título de cidadão benemérito de Montes Claros ao presidente Lula.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) repassa a cada ano mais de R\$ 3 bilhões para execução de programas sociais em Minas Gerais. As ações nas áreas de transferência de renda, assistência social e segurança alimentar beneficiam 9,4 milhões de pessoas, sendo que um milhão de famílias mineiras recebem o Bolsa Família, com repasse mensal de R\$ 80 milhões.

Raquel Flores e Ângela Carrato

[Clique aqui para ver mais fotos.](#)

Ouçã o boletim de rádio: [Ministro Patrus Ananias participa de inauguração de usina de biodiesel em Montes Claros \(MG\)](#)

Ministro Patrus Ananias acompanha presidente Lula em Montes Claros nesta segunda – Sítio Eletrônico do MDS – 03/04/2009

O ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, estará em Montes Claros (MG) nesta segunda-feira (06/04), integrando a comitiva do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Às 11h00, ele participa da cerimônia de inauguração da usina de Biodiesel da Petrobrás e, logo em seguida, visita a fábrica Coteminas.

À tarde, o ministro Patrus participa da reunião do Conselho Deliberativo da Sudene e do X Fórum de Governadores do Nordeste, região que concentra o maior número de beneficiários do Bolsa Família – 5,7 milhões de famílias, de um total de 11 milhões em todo o Brasil. A visita termina às 17h, com assinatura de atos e comemorações dos 50 anos

da Sudene e entrega de título de cidadão benemérito de Montes Claros ao presidente Lula.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) repassa a cada ano mais de R\$ 3 bilhões para execução de programas sociais em Minas Gerais. As ações nas áreas de transferência de renda, assistência social e segurança alimentar beneficiam 9,4 milhões de pessoas, sendo que um milhão de famílias mineiras recebem o Bolsa Família, com repasse mensal de R\$ 80 milhões.

Serviço

Viagem do ministro do Desenvolvimento Social e Combate À Fome, Patrus Ananias, a Montes Claros, integrando comitiva presidencial

11h00 - Cerimônia de Inauguração da Usina de Biodiesel da Petrobrás
Local: Av. das Indústrias, 531 - Distrito Industrial

12h45 - Visita à fábrica Coteminas
Local: Av. Lincoln Alves dos Santos, 955 - Distrito Industrial

15h - Reunião do Conselho Deliberativo da SUDENE e X Fórum de Governadores do Nordeste

Local: Portal de Eventos: Rua Juca Fróes, 220 - Bairro Melo

17h - Assinatura de Atos e Comemorações dos 50 Anos da SUDENE e Entrega do Título de Cidadão Benemérito de Montes Claros ao Presidente Lula
Local: Portal de Eventos: Rua Juca Fróes, 220 - Bairro Melo

Biodiesel da Petrobras – Valor Econômico – agronegócios – curtas – 06/04/2009

A Petrobras Biocombustível inaugura hoje a Usina de Biodiesel Darcy Ribeiro, localizada em Montes Claros, Minas Gerais. De acordo com informações fornecidas pela estatal, está prevista a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na cerimônia de inauguração da unidade.

Diminui a concentração no segmento – Patrick Cruz – Valor econômico – agronegócios – 29/04/2009

Apesar dos percalços que enfrentou, o mercado de biodiesel metamorfoseou-se para atingir um perfil próximo do imaginado no início do programa. É cada vez maior o número de empresas que arrematam lances nos leilões da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), é cada vez menor a fatia pela qual cada empresa fica responsável.

Em novembro de 2005, quando a mistura do biodiesel ao diesel mineral ainda não era obrigatória, apenas quatro empresas - Agropalma, Brasil Ecodiesel, Granol e Soyminas - saíram vencedoras do leilão realizado naquela oportunidade. Foi a primeira das 13 rodadas registradas até o momento.

Um ano depois, em novembro de 2007, realizou-se o leilão que seria responsável pelo abastecimento do mercado no primeiro trimestre de 2008, quando a mistura obrigatória - então, de 2% - entraria em vigor. Sete empresas arremataram lotes, e a Brasil Ecodiesel ficou com quase metade do total - ou 46,4%. O valor dos lances prenunciava os problemas que afligiriam o mercado nos meses seguintes: o deságio dos lances ficou entre 18% e 25%.

Na rodada mais recente da ANP, de fevereiro deste ano, foram 36 as unidades participantes. Saíram vencedoras 25 delas, pertencentes a 18 diferentes fabricantes. A Oleoplan, com 13,5%, foi a que arrematou a maior fatia, mas, também a Agropalma, presente no leilão pioneiro, de 2005, saiu vencedora, com fatia de 0,34%. Em relação ao preço de referência, de R\$ 2,36 por litro, houve deságio de até 27,97%, mas a média foi de 8,72%, bem menor que a da rodada realizada no início da mistura obrigatória. (PC)

Sebo apresenta desvantagem, e dependência da soja permanece – Patrick Cruz – Valor Econômico – agronegócios – 29/04/2009

As pesquisas se multiplicam em diversas frentes, mas um dos problemas que mais afligem técnicos, autoridades e fabricantes de biodiesel permanece: a dependência da soja. Em determinadas épocas do ano, a participação da oleaginosa como matéria-prima para o biocombustível recua, mas logo adiante ela volta a ganhar força.

O sebo bovino consolidou-se em segundo lugar em importância para o setor. Em vez de a matéria-prima fazer frente à soja, contudo, reiterados relatos de "cristalização" (ou "solidificação") do biodiesel feito com ela como base franzem a testa de quem tenta incentivar a diversificação. O maior concorrente da soja - que, ainda assim, está em um longínquo segundo lugar - tem problemas técnicos que impedem sua maior utilização.

O problema da cristalização do biodiesel feito à base de sebo animal, reitera-se, não é novo, mas preocupa por continuar a ser registrado mesmo sob o esforço de diversificação das matérias-primas. Preocupa também porque há registros da solidificação mesmo em locais do país não necessariamente conhecidos pelas baixas temperaturas.

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) recebeu relatos de cristalização do biodiesel, por exemplo, no Rio de Janeiro. "Os casos não são novos, mas a frequência tem sido um pouco maior", diz Alísio Mendes Vaz, vice-presidente do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes (Sindicom). "E há preocupação porque houve registros também no verão. Foram casos isolados, mas ocorreram em pleno verão do Rio".

O Sindicom solicitou ao Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe/UFRJ) uma pesquisa sobre o uso de sebo animal para a fabricação de biodiesel. Do trabalho saiu a recomendação, já encaminhada à ANP, de que não seja feito biodiesel puro (B100) com uso exclusivo do sebo. Ao contrário do biodiesel de óleo vegetal, que começa a se solidificar sob temperaturas de 0°C a 5°C, o de óleo animal começa a se cristalizar a partir dos 22°C.

Em fevereiro, de acordo com a ANP, a soja respondeu por 73,6% da produção de biodiesel no país. Sebo e óleo de algodão ficaram com 19,2% e 4,9%, respectivamente. As restantes, com 2,1%. **(PC)**

Agropauta: câmara setorial discute mercado para oleaginosas e biodiesel – Sítio Eletrônico do MAPA – 30/04/2009

Brasília (30.4.2009) - A Câmara Setorial de Oleaginosas e Biodiesel se reúne nesta quinta-feira (30), a partir das 9 horas, no auditório térreo do Mapa. O secretário de Produção e Agroenergia, Manoel Bertone, coordenador da Comissão Interministerial do Biodiesel, Rodrigo Rodrigues, participa da abertura.

A conjuntura e cenários para as oleaginosas, pesquisas e inovação da cadeia produtiva do biodiesel e a indústria de biodiesel no Brasil estão na pauta debates.

Serviço

6ª reunião da Câmara Setorial de Oleaginosas e Biodiesel

Data: 30.4.2009 (quinta-feira)

Hora: 9 às 13 horas

Local: auditório térreo do Mapa - Brasília/DF

Assentamentos do Incra farão parte de programa de biodiesel – Sítio Eletrônico do MDA – 24/04/2009

Contar com assistência técnica para o desenvolvimento da produção, obter sementes gratuitas e ter garantia de venda do que for colhido é o sonho de todo agricultor familiar. E é essa a proposta que está animando o trabalhador rural João da Costa Vanderley, de 64 anos, do assentamento Passa-tudo, no município de Barras, no Piauí, a produzir girassol. “Uma oportunidade assim a gente tem que agarrar e trabalhar para que dê tudo certo”, afirmou.

Ele foi um dos participantes do encontro de assentamentos de Barras, Porto e Nossa Senhora do Remédio, realizado nesta quinta-feira (23), pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra/PI), com o objetivo de apresentar o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB).

O evento foi realizado no Auditório Monsenhor Uchoa, em Barras, e contou com a participação de representantes do Incra, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), da Petrobrás e das agências de cooperação técnica alemãs GTZ e DED. Os assentados acompanharam as exposições sobre o funcionamento do Programa e puderam esclarecer dúvidas sobre a viabilidade técnica e financeira de se produzir girassol na Agricultura Familiar. A cultura do girassol tem compra garantida pela Petrobrás, além de assistência técnica e fornecimento de sementes.

Desde janeiro de 2009, foram visitados 40 assentamentos do Incra no Território da Cidadania Cocais, com o objetivo de discutir a viabilidade da produção do girassol e de outras culturas para o programa de biodiesel. “Produzir girassol requer cuidados especiais como tratamento do solo e assistência técnica de boa qualidade. É importante que o agricultor saiba da viabilidade de se produzir girassol, mas também das características deste cultivo, que não pode ser produzido de qualquer forma”, afirmou o consultor do MDA, Stephen Gortz.

“O Incra tem feito um trabalho de acompanhamento nos assentamentos, tendo como foco a produção. O girassol para o programa de biodiesel é uma possibilidade de incrementar a renda das famílias. No Território da Cidadania Cocais, também estamos trabalhando com outra linha: a do beneficiamento integral do babaçu”, afirmou a representante do Incra, Cláudia César Araújo.

Segundo ela, a produção de girassol é uma forma de complementação de renda para os

assentados, que também continuarão a produzir outras culturas como feijão e milho. Antes de assinarem contrato com a Petrobrás e a GTZ para produção de girassol, os assentados terão, ainda, outro encontro, no dia 24 de julho. A expectativa é a de que o plantio de girassol, pelas famílias que aderirem ao projeto, seja iniciado em 2010.

MDA e produtoras de biodiesel participam de reunião em Brasília – Sítio Eletrônico do MDS – 28/04/2009

Teve início na manhã desta terça-feira (28), em Brasília (DF), a Reunião Nacional do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) com as produtoras de biodiesel que possuem o Selo Combustível Social.

A abertura contou com as presenças dos representantes da Casa Civil, José Acarini; da Cooperação Técnica Alemã/GTZ, Ingo Melchers; do presidente da União Brasileira das Empresas de Biodiesel (Ubrabio), Odacir Klein; e dos representantes dos ministérios de Minas e Energia (MME), Luciano Costa; da Integração Nacional (MI), Paulo Brasil; e da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), Denilson Ferreira.

O encontro, que termina nesta quarta-feira (29), tem o objetivo de discutir, entre outros temas, o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB). Para Acarini, esta reunião é “um momento de reflexão importante, inclusive para o balanço da inserção do biodiesel na agricultura familiar”. Ele reforçou a atuação do Programa no campo social, ambiental e, principalmente, econômico, que poderá permitir a abertura no mercado internacional.

O presidente da Ubrabio, Odacir Klein, destacou o diálogo entre governo e sociedade civil na condução do Programa de Nacional de Produção e Uso de Biodiesel. Segundo ele, não haveria o Programa sem a determinação do governo e a ousadia das empresas para investimentos no PNPB.

Reunião

Nesta tarde, foram apresentados painéis sobre monitoramento e a avaliação do Programa, além do zoneamento agrícola de risco climático e a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e crédito. De acordo com o coordenador do Programa de Biodiesel pelo MDA, Arnoldo de Campos, o Governo Federal está firme na condução do PNPB.

“Estamos dando os passos necessários para o B4 no segundo semestre”, afirmou. O B4 significa a obrigatoriedade de adição de 4% de biodiesel ao diesel. Atualmente, são obrigatórios apenas 3%. Campos destacou o importante trabalho do PNPB na sustentabilidade da cadeia produtiva, principalmente na inclusão dos agricultores familiares. “Nosso compromisso com o Selo Social continua forte”, disse. Segundo dados

do MDA, a previsão para a safra 2008/2009 é de inclusão de cerca de 82 mil agricultores familiares no Programa. Estima-se que na de 2009/2010 este número alcance 110 mil.

Nesta quarta-feira (29), a pauta da reunião inclui a nova instrução normativa alusiva a mudanças nas normas para o Selo Combustível Social. As novas regras estão em vigor desde março deste ano e versam, entre outros aspectos, sobre a adequação do percentual de aquisições de matéria-prima da agricultura familiar da região Nordeste de 50% para 30% (a partir da safra 2009/2010) e das regiões Norte e Centro-Oeste, de 10% para 15% (a partir da safra 2010/2011).

Selo

Atualmente, 30 empresas possuem o Selo Combustível Social, que é concedido pelo MDA aos produtores de biodiesel, promovendo inclusão social e desenvolvimento regional. Para obter o certificado, as empresas devem atuar gerando emprego e renda para os agricultores familiares enquadrados nos critérios do Pronaf. Os leilões públicos para comercialização de biodiesel reservam 80% dos lotes para oferta exclusiva daqueles produtores que possuam o Selo – uma oportunidade fundamental para conferir segurança na comercialização da produção.

Programa de Produção e Uso de Biodiesel é discutido em Brasília –Sítio Eletrônico do MDA – 24/04/2009

Nesta terça e quarta-feira, 28 e 29 de abril, representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e das empresas produtoras de biodiesel que possuem o Selo Combustível Social estarão reunidos, em Brasília, para tratar, entre outros temas, da conjuntura do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel. A atividade será realizada no Hotel Manhattan, a partir das 9 horas.

Durante esses dois dias, os participantes da reunião também deverão discutir sobre o monitoramento e a avaliação do Programa; o zoneamento agrícola de risco climático; e a apresentação da nova instrução normativa, publicada em março.

Atualmente, 30 empresas possuem o selo concedido pelo MDA aos produtores de biodiesel que promovem inclusão social e desenvolvimento regional. Para obter o certificado, as empresas devem atuar gerando emprego e renda para os agricultores familiares enquadrados nos critérios do Pronaf.

Benefícios do Selo

Por meio do Selo Combustível Social, o produtor de biodiesel tem acesso a alíquotas de

PIS/PASEP e COFINS com coeficientes de redução diferenciados, além de poder usufruir de melhores condições de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e suas Instituições Financeiras Credenciadas, ao Banco da Amazônia S/A (BASA), ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB), ao Banco do Brasil S/A ou outras instituições financeiras que possuam condições especiais de financiamento para projetos com Selo Combustível Social.

Os leilões públicos para comercialização de biodiesel reservam 80% dos lotes para oferta exclusiva daqueles produtores que possuam o Selo – uma oportunidade fundamental para conferir segurança na comercialização da produção.

Empresas com Selo

Para conhecer as empresas com Selo, clique <http://www.mda.gov.br/saf/index.php?sccid=362>.

ANP começa a avaliar alternativas para comercialização de biodiesel – Patrick Cruz – Valor Econômico – Agronegócios – 29/04/2009

Pouco mais de um ano depois do início da mistura obrigatória de biodiesel ao diesel mineral, o programa aproxima-se de sua transição mais delicada: a extinção dos leilões de compra até hoje realizados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Ainda não há data, resolução, decreto ou afirmativa do governo federal que marque o momento da guinada, mas ela, por outro lado, já deixou de ser exclusivamente pleito das indústrias.

O fim dos leilões tem sido solicitado pelas fabricantes desde sempre, mas a própria ANP já estuda internamente alternativas que possam dar novo um norte na comercialização do combustível. A necessidade de alteração ganha corpo, segundo argumento corrente no mercado, porque se aproxima o momento de elevação da adição compulsória do biodiesel ao diesel mineral, que é atualmente de 3%.

"Acho que está no momento de pensarmos em um modelo transição, no passo seguinte ao do modelo dos leilões", diz Edson Silva, superintendente de abastecimento da ANP. Embora saliente que essa é "uma avaliação pessoal", Silva afirma que, internamente, a agência tem desenhado diferentes cenários para estudar um sistema que substitua o que está atualmente em vigor.

O superintendente faz uma analogia fluvial, por assim dizer, para argumentar sobre a necessidade do fim dos leilões. "É como um rio represado: com o tempo, ou ele arrebenta a represa ou o rio acha o seu curso", diz ele. "Pelo que dá para perceber no atual estágio, ou

se acha uma alternativa aos leilões ou as empresas vão começar a quebrar. O modelo de leilões funcionou bem para a largada [do programa]. Vamos ver como fica daqui para a frente".

Atualmente, há 65 unidades autorizadas a operar. Apenas no intervalo entre novembro de 2008 e março deste ano, a capacidade nominal total das empresas autorizadas a comercializar o produto passou de 816 mil litros 9,9 milhões de litros por dia, um crescimento de mais de 1.100%. A capacidade total de operação, por sua vez, passou de 11 milhões para 11,4 milhões nesse mesmo intervalo.

De acordo com o superintendente, "já existem condições institucionais" para o B5. Em outras palavras, a mistura obrigatória poderia passar de 3% para 5% sem maiores traumas. Há capacidade instalada para isso, além do fato de fabricantes e distribuidoras terem acertado o passo, depois de um início, em certos momentos, errático.

O governo havia programado o B5 originalmente apenas para 2013, o aumento foi antecipado para 2010. No cronograma não havia sido estipulado um degrau intermediário no B4, ou 4% de mistura obrigatória. Esse além pode ser dado ainda neste ano.

A ANP aguarda para os próximos dias - ou mesmo para hoje - a publicação no Diário Oficial, pelo Ministério de Minas e Energia, dos pormenores do leilão a ser realizado pela agência em maio. Têm sido crescentes os sinais de que o leilão de maio - que será responsável pelo abastecimento do mercado no terceiro trimestre - já será o do B4.

O imaginado fim dos leilões - pleito de longa data das fabricantes e, agora, objeto de estudos internos da agência que por eles é responsável - por certo não ocorrerá de forma imediata. Entre outros tantos fatores a serem acertados, o logístico é um deles. Atualmente, a ANP realiza os leilões, mas a Petrobras é a única compradora. Feitas as compras, a estatal autoriza as distribuidoras a retirar o biodiesel nas fábricas.

Sob essa lógica, também é crucial a definição do novo papel da Petrobras: além de compradora unitária, ela também passou a fornecedora. No leilão mais recente, realizado em fevereiro para abastecer o mercado ao longo deste segundo trimestre, a estatal arrematou 10,7% dos 315 milhões de litros ofertados. Foi a quarta maior fatia entre as empresas vencedoras da rodada.

Passados quase 18 meses do início da mistura obrigatória, o mercado de biodiesel se ajustou, segundo avaliação não da agência, mas de quem consome o produto. "Hoje há mais capacidade de produção e as entregas melhoraram bastante. Ainda existe alguma inadimplência [fabricantes que deixam de entregar os volumes arrematados nos leilões], mas ela é bem menor que a que víamos no início do programa", afirma Alísio Mendes Vaz,

vice-presidente do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes (Sindicom).

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Etanol

Especialistas da América Latina debatem desafios para o setor sucroalcooleiro – Sítio eletrônico do MAPA – 13/04/2009

Brasília (13.4.2009) - O coordenador-geral de Açúcar e Álcool da Secretaria de Produção e Agroenergia, Cid Caldas, vai dirigir o painel “*Perspectivas do etanol: produção e demanda*”, do 1º Fórum Latino-americano sobre Biocombustíveis e o 13º Seminário Regional sobre Cana-de-açúcar, a partir das 10 horas desta terça-feira (14), em Olinda/PE. Caldas também fará palestra sobre a expansão do etanol na América Latina.

O encontro, que segue até quinta-feira (16), tratará de temas que abrangem os desafios, novas tecnologias e soluções para a alternativa energética e o setor sucroalcooleiro, com participação de especialistas e profissionais da América Latina.

Os eventos são promovidos pela Sociedade dos Técnicos Açucareiros e Alcooleiros do Brasil (STAB) Regional Setentrional e a Associação dos Técnicos Açucareiros da América Latina e do Caribe (Atalac), com apoio do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Álcool no Estado de Pernambuco (Sindaçúcar), Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), da UNICA e Banco do Nordeste. (*Inez De Podestà*)

Califórnia ratifica trunfo ambiental do etanol de cana – Ricardo Balthazar – Valor Econômico – Agronegócios – 09/04/2009

Uma das agências de proteção ambiental mais poderosas dos EUA está prestes a aprovar uma resolução que deverá provocar a reavaliação profunda dos benefícios gerados por biocombustíveis como o etanol, criando novas oportunidades para os usineiros brasileiros interessados em aumentar as exportações do produto para o cobiçado mercado americano.

A medida está há meses em estudos no Conselho de Qualidade do Ar do Estado da Califórnia, organismo encarregado de definir regras para a execução de um ambicioso programa lançado há dois anos para incentivar o consumo de combustíveis limpos e combater o aquecimento global. A iniciativa poderá levar à adoção de políticas semelhantes em outros Estados americanos e na esfera federal.

No centro do debate está a possibilidade de os EUA adotarem um método novo e controverso para calcular a contribuição da indústria dos biocombustíveis para as mudanças climáticas, contabilizando efeitos indiretos como o impacto da produção no desmatamento na Amazônia e no uso da terra em outras partes do globo.

Diversos estudos científicos demonstram que a substituição da gasolina pelo etanol reduz de forma significativa as emissões de dióxido de carbono e outros gases responsáveis pelo efeito estufa. Mas essas análises consideram apenas as emissões que podem ser atribuídas diretamente à produção e à distribuição do combustível e não incluem efeitos indiretos, difíceis de medir com exatidão.

Os ambientalistas americanos temem que o avanço dos biocombustíveis empurre a produção agrícola mundial para regiões como a Amazônia, o que poderia anular seus benefícios para o planeta. Mas os estudos que estão sendo feitos nos EUA têm servido para realçar as vantagens que o etanol brasileiro oferece em relação a outros tipos de biocombustível.

Cálculos preliminares do Conselho de Qualidade do Ar da Califórnia sugerem que o etanol produzido no Brasil permite reduzir em 72% a emissão de gases-estufa associados ao consumo de gasolina, em linha com estudo recente da estatal brasileira Embrapa. Se forem incluídos na conta desmatamento e outros efeitos indiretos atribuídos pelos ambientalistas à produção de álcool, a redução seria bem menor: 24%.

Ainda assim, o álcool brasileiro sairia ganhando na comparação com o etanol produzido nos EUA, onde o combustível é feito de milho em vez de cana-de-açúcar. Os cálculos da Califórnia sugerem que a substituição da gasolina por etanol de milho aumentaria em 4% as emissões de carbono, depois de computados os efeitos indiretos.

A resolução em discussão no Conselho de Qualidade do Ar deve ser aprovada no próximo dia 24 e dará enorme força a esses números. O programa de combate ao aquecimento global lançado pela Califórnia estabelece como meta para a próxima década uma redução de 10% na intensidade de carbono dos combustíveis usados por carros e outros veículos no Estado.

A partir de 2011, as refinarias do Estado precisarão de volumes crescentes de combustíveis limpos para cumprir essa meta. Se as regras propostas pelo governo prevalecerem, os cálculos que incluem o desmatamento e outros efeitos indiretos na análise dos biocombustíveis terão peso decisivo nas escolhas das refinarias e poderão favorecer o álcool produzido no Brasil.

Mais rico dos Estados americanos, a Califórnia consumiu quase 57 bilhões de litros de gasolina em 2008. Se as refinarias substituíssem um décimo disso por etanol, misturando

o álcool à gasolina para cumprir as exigências da legislação do Estado, a demanda gerada pela iniciativa seria equivalente a três vezes o volume de etanol vendido pelos usineiros brasileiros para os EUA no ano passado.

Se a proposta dos ambientalistas da Califórnia vingar, o álcool do Brasil terá uma vantagem significativa sobre o etanol feito de milho nesse mercado. "O combustível que proporcionar uma redução maior das emissões de carbono poderá cobrar um prêmio por isso", disse o representante da União da Indústria de Cana-de-açúcar (Unica) nos EUA, Joel Velasco, que tem acompanhado de perto a discussão do tema na Califórnia.

O etanol brasileiro enfrenta atualmente diversas barreiras para entrar nos EUA. Os produtores americanos recebem subsídios oficiais generosos para extrair o combustível do milho. Tarifas impostas ao álcool importado encarecem o produto brasileiro, reduzindo sua competitividade. As normas em debate na Califórnia podem reduzir a importância dessas barreiras se de fato gerarem um aumento na demanda pelo etanol do Brasil.

Políticos, cientistas e grandes corporações com interesses no setor tem se mobilizado para influir na discussão. Vários grupos estão pressionando as autoridades da Califórnia a abandonar a ideia de incluir os efeitos indiretos nas suas análises, por causa das perdas que isso pode causar especialmente às usinas americanas. É provável que diversos grupos recorram à Justiça contra a decisão da Califórnia.

Os modelos matemáticos usados para calcular os efeitos indiretos são imperfeitos. Se uma floresta é destruída porque fazendeiros precisam de terra para produzir alimentos, o carbono armazenado nas árvores é liberado na atmosfera, contribuindo para o efeito estufa. Mas inúmeros fatores podem contribuir para que isso ocorra, e o avanço dos biocombustíveis em áreas que eram dedicadas à produção de comida é só um deles.

"A premissa básica dessa discussão, a de que os biocombustíveis também são responsáveis por emissões que ocorrem fora da sua cadeia produtiva, está errada", disse o professor Bruce Dale, um especialista da Universidade de Michigan. "Outro problema é achar que temos condições de analisar todas as variáveis envolvidas no processo e tomar decisões com base em modelos tão pouco confiáveis".

Mas os ambientalistas têm muito poder na Califórnia e neste ano passaram a ocupar postos-chave em Washington também, com a posse do presidente Barack Obama. "Não há como fugir dessa discussão", disse Nathanael Greene, um analista do Conselho de Defesa dos Recursos Naturais, um influente grupo de pressão. "Pode haver dúvidas sobre a melhor forma de calcular isso, mas é certo que o impacto dos biocombustíveis sobre o uso da terra não é zero e precisamos desenvolver a indústria de forma mais sustentável".

Há no momento uma discussão muito semelhante em curso na esfera federal. A Agência de Proteção Ambiental dos EUA (EPA, na sigla inglês) também está prestes a definir uma nova metodologia para calcular as emissões de gases-estufa associadas aos vários tipos de biocombustíveis, incluindo os efeitos indiretos sobre o uso da terra. A proposta da EPA ainda está em análise na Casa Branca.

Metas fixadas pela legislação americana impõem limites à expansão das usinas de etanol de milho no país e determinam que no futuro o consumo de outros biocombustíveis só poderá aumentar se eles emitirem 50% menos gases-estufa do que a gasolina. Cálculos preliminares feitos pela EPA indicaram uma redução de 44% com o uso do etanol de cana, numa conta que inclui os efeitos indiretos.

Congresso dos EUA ignora CO2 gerado por desmatamento – Bettina Barros – Valor Econômico – Agronegócios – 09/04/2009

Grandes emissores de gases de efeito estufa, os EUA caminham lentamente para o consenso de uma política climática nacional que coloque um filtro em suas chaminés industriais e escapamentos de carros. Mais distante ainda parece estar o entendimento dos legisladores americanos sobre o impacto das florestas tropicais de países em desenvolvimento nas nações ricas - e a necessidade de uma legislação global a respeito.

Uma pesquisa divulgada em Washington pela organização Resources for the Future mensurou o que alguns ambientalistas americanos suspeitavam: até mesmo os congressistas mais engajados na causa ambiental desconhecem conceitos da correlação entre desmatamento e geração de carbono, tampouco o estágio das negociações internacionais sobre o tema.

"Embora o Protocolo de Kyoto não contemple ainda os projetos de Redd [Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação], já existe um amplo consenso de incluir os gases oriundos do desmatamento para o próximo acordo climático global", afirma o relator do estudo, Lou Leonard. "Por este motivo era necessário realizar uma pesquisa para medir o conhecimento dos nossos congressistas".

Ao longo de dois meses, 31 representantes do Senado e da Câmara dos Representantes dos EUA envolvidos nos debates de energia e clima - democratas, republicanos e independentes - foram ouvidos sobre o papel das florestas tropicais nas mudanças climáticas e na regulamentação de novas políticas nacionais e internacionais.

O resultado apontou que mais da metade dos entrevistados está despreparada para o assunto: 39% não têm informação suficiente sobre aspectos políticos e científicos da

produção de carbono por desmatamento, e 20% mostraram-se totalmente desinformados. Os representantes americanos também desconfiam de um mercado global de créditos de carbono que inclua as florestas. Para a maioria, ele pode não produzir reduções confiáveis, por se de difícil mensuração.

Quando incentivados a dar sugestões de tópicos relacionados às florestas que deveriam ser investigados mais profundamente para subsidiar o Congresso com informação, os entrevistados citaram a necessidade de mais dados sobre negociações internacionais e sobre o efeito nos preços do carbono no caso de uma eventual avalanche de contratos negociados.

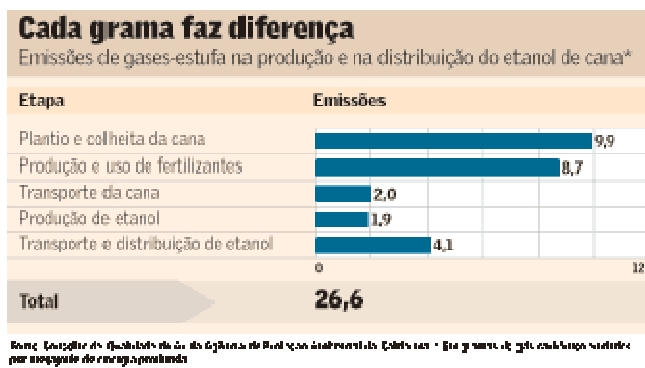
"Talvez a tradição de deixar ao presidente os assuntos internacionais ou ao fato de que o eleitorado geralmente ignora assuntos externos e é abertamente hostil a eles façam com que os representantes do Congresso dos EUA não priorizem esses assuntos", diz o relatório.

O desmatamento representa a segunda maior fonte de emissão de gases-estufa no mundo, produzindo 20% das emissões totais e mais que a produção total de carros, aviões, trens e navios. No Brasil e Indonésia a derrubada de árvores equivale a quase 80% das emissões.

Para evitar perda, indústria quer revisão de cálculos – Rodrigo Balthazar – Valor Econômico – Agronegócios – 09/04/2009

Representantes da indústria de biocombustíveis se mobilizaram nos últimos meses para convencer os técnicos do Conselho de Qualidade do Ar da Califórnia a rever diversos aspectos dos cálculos que eles estão fazendo para avaliar o impacto ambiental dos vários tipos de combustível, num esforço para evitar os prejuízos que essa análise pode provocar.

Cada grama de carbono faz diferença nessa discussão. Boa parte das emissões de gases-estufa associadas à produção de etanol no Brasil ocorre por causa das queimadas, um método tradicionalmente usado para destruir a palha da cana e facilitar o corte da planta. Mas a prática começou a ser abandonada pelos usineiros e os modelos usados na Califórnia não refletem essa evolução.



Conforme cálculos preliminares apresentados pela Califórnia em fevereiro, quase um terço das emissões associadas à produção de etanol de cana tem origem nas queimadas. A União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica) pediu à Califórnia que incorpore aos seus modelos índices maiores de mecanização na colheita da cana, o que faria desaparecer da conta final mais da metade das emissões associadas às queimadas.

O relatório mais recente publicado pela Califórnia diz que o etanol de cana tem um índice de intensidade de carbono equivalente a 26,6 gramas de carbono por megajoule de energia gerada, sem incluir os efeitos indiretos atribuídos ao desmatamento e outras mudanças no uso da terra. A Unica calcula que esse índice poderia ser reduzido para 20 se práticas mais modernas adotadas pelas usinas forem reconhecidas pelos modelos usados pelos técnicos.

Mas o que preocupa mais a Unica é a forma como a Califórnia calculará os efeitos indiretos. Do jeito que as coisas estão hoje, eles somariam 46 gramas ao índice de intensidade de carbono do etanol de cana, levando o total para 72,6. Um dos problemas que já foram detectados é que os técnicos da Califórnia estão usando imagens de satélite antigas, do fim dos anos 1990, para estudar a evolução do desmatamento no Brasil.

Os produtores de etanol de milho dos EUA querem que a Califórnia reconheça o valor de um subproduto, o DDG (do inglês Distillers Dried Grains), uma espécie de farelo de milho que é extraído na produção do etanol e usado para ração animal. Eles argumentam que a existência desse subproduto freia o avanço do milho em regiões dedicadas a outras culturas, um dos principais efeitos indiretos associados às usinas americanas.

Os cálculos da Califórnia atribuem ao etanol de milho um índice de intensidade de carbono equivalente a 69,4 gramas, que chega a 99,4 depois de somados os efeitos indiretos. Um estudo encomendado pela indústria americana a uma consultoria, a Air Improvement Resource, sugere que uma reavaliação do subproduto das usinas e outros pequenos ajustes poderiam levar a zero o peso dos efeitos indiretos na conta da Califórnia.

Outro problema que a indústria tenta contornar é o tratamento dado à gasolina. Os modelos usados na Califórnia medem a intensidade de carbono dos combustíveis fósseis sem atribuir a eles nenhum efeito indireto como os associados aos biocombustíveis. Os representantes da indústria acham que isso distorce qualquer comparação e estão produzindo estudos para convencer os técnicos a associar um volume maior de emissões à gasolina. **(RB)**

USDA derruba preço do trigo, mas sustenta soja – Valor Econômico – Agronegócios – 13/04/2009

Divulgado na última quinta-feira, o último relatório mensal do Departamento da Agricultura dos Estados Unidos (USDA) sobre oferta e demanda de grãos no país trouxe alterações substanciais nas estimativas sobre estoques de trigo e soja que influenciaram as cotações internacionais de ambos. Para o milho, que completa a trinca de commodities agrícolas mais negociadas, a influência dos novos números foi menor, pelo menos em um primeiro momento.

O mercado de trigo foi particularmente influenciado pela elevação promovida pelo USDA em sua previsão para os estoques finais mundiais nesta temporada 2008/09. Conforme o órgão, haverá em 31 de maio 158,1 milhões de toneladas do cereal estocadas no planeta, quase 30% mais que no fim do ciclo 2007/08. Em março, a projeção sinalizava 155,85 milhões de toneladas.

Colaborou para o ajuste a redução da estimativa do USDA para a demanda global em 2008/09. Em março, a previsão apontava 648,7 milhões de toneladas, mas o volume agora caiu para 646,3 milhões.

Na bolsa de Chicago, os contratos futuros com vencimento em julho encerraram a semana passada a US\$ 5,3350 por bushel, em baixa de 10,25 centavos, enquanto na bolsa de Kansas o mesmo vencimento caiu 9,75 centavos, para US\$ 5,80 por bushel.

No caso da soja, a variação das cotações dos papéis para entrega em julho foi pequena em Chicago na quinta-feira - alta de 0,5 centavo, para US\$ 10,02 -, mas o contrato permaneceu acima de US\$ 10 e a revisão realizada pelo USDA nos estoques pode oferecer maior suporte nos próximos dias.

De acordo com o órgão, o estoque final mundial será de 45,84 milhões de toneladas, ante 53,09 milhões em 2007/08. Em março, o USDA projetava 49,95 milhões para a atual temporada.

Em boa medida, a correção derivou do corte na estimativa para a produção na Argentina, terceiro maior exportador de soja do mundo. Devido às perdas provocadas por uma prolongada estiagem, o USDA passou a prever a colheita no país sul-americano em 39 milhões milhões de toneladas, ante as 43 milhões previstas em março. Os embarques argentinos foram reduzidos de 11,7 milhões para 10,1 milhões de toneladas, ainda mais longe do volume do Brasil, o segundo maior exportador (25,14 milhões). Os EUA seguem na liderança entre os exportadores, com 32,93 milhões de toneladas.

No milho, o USDA projetou leve queda dos estoques finais, mas em Chicago pesou a expectativa de que os produtores americanos acelerem as vendas para pagar o imposto de renda; Resultado: julho caiu 7 cents, para US\$ 3,9975 por bushel. **(Com Bloomberg)**

Brasil volta a defender o etanol – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 20/04/2009

O Brasil teve de lutar neste fim de semana na Itália contra as tentativas dos países europeus de incluir os biocombustíveis como um dos fatores que contribuíram para a alta nos preços dos alimentos no mundo entre 2007 e 2008, agravando a fome no planeta. Ao chegar em Treviso, fazia-se referência ao etanol.

Nos últimos meses, parte dos países ricos incluiu o etanol como o responsável pela alta de mais de 100% nos preços dos alimentos no planeta. O argumento do Brasil é de que a produção de etanol no País continuou a crescer nos últimos meses, enquanto os preços das commodities caíram por causa da recessão. Portanto, o culpado não seria o etanol nacional.

Outro argumento é que não foi o etanol de cana-de-açúcar que criou o problema, mas sim o etanol de milho, produzido nos EUA.

No encontro, o Brasil pediu para que os países recolocassem a agricultura no centro das políticas de desenvolvimento.

Tema social domina o debate econômico - Gilberto Scofield - O Globo – Economia – 19/04/2009

Presidentes discutem miséria e integração regional, e pedem reformas no FMI

PORT OF SPAIN, Trinidad e Tobago. A nova ordem política e diplomática que os líderes americanos passaram os últimos dois dias pregando na Cúpula das Américas ganhou seu viés econômico nas discussões de ontem sobre a prosperidade humana. Longe do

debate árido sobre reformas financeiras e pacotes de estímulo para a reativação do crescimento que deram o tom dos debates no encontro do G-20, as discussões de ontem priorizaram o combate à miséria, as reformas no FMI (para que o organismo reduza exigências e condições aos empréstimos) e a integração regional como forma de ajuda neste momento difícil.

Governo americano admite que FMI e BID precisam de reformas Em seu discurso, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva criticou as receitas neoliberais que marcaram os projetos de estabilização e crescimento das décadas de 80 e 90 na América Latina e afirmou que o amparo social e o combate à pobreza, aliado a ações de amparo social, são a base das ações de governo no continente hoje.

— Só há desenvolvimento quando se combina crescimento com distribuição de renda. A região amadureceu coletivamente — disse Lula.

Ele destacou a importância do fortalecimento político das instituições regionais de crédito na recuperação dos países latinos, especialmente dos países mais pobres: — O aumento do capital do Banco Interamericano de Desenvolvimento, o fortalecimento da Corporação Andina de Fomento e o lançamento do Banco do Sul ajudarão na retomada do crescimento.

O próprio governo americano, que nunca viu com bons olhos mudanças nos dois principais organismos multilaterais de crédito — FMI e Banco Mundial — admitiu que as duas instituições precisam se adequar a uma nova realidade, tanto do ponto de vista de fornecer mais dinheiro (de forma mais rápida e sem exigências), para os países pobres, como na forma de participação dos países emergentes no comando dos bancos.

— Os países latinos querem que sejamos bem-sucedidos na nossa tarefa de reverter o cenário de crise, porque eles sabem que isso vai acelerar a recuperação em suas próprias economias — disse Larry Summers, assessor do Conselho Econômico Nacional do governo dos EUA. — Sobre o FMI, os países querem mudanças rápidas.

Eu não acho que é tarefa dos EUA dizer para os países o que eles devem fazer.

Morales diz que não assina declaração que contemple etanol Ainda que haja mais consenso do que divergências dentro do espírito geral que rege a cúpula e que vai se traduzir na declaração final a ser divulgada hoje, o presidente da Bolívia, Evo Morales, afirmou que não assinará a declaração caso ela insista em incluir os biocombustíveis, entre eles o álcool brasileiro, acusados de encarecer os preços dos alimentos.

Trata-se de uma posição antiga, mas em seu discurso, o presidente Lula tratou de esclarecer a divergência e fazer a defesa do álcool: — A sociedade quer combustíveis renováveis, limpos e baratos.

A região reúne condições climáticas e de solo para exportar energia sem descuidar de nossa demanda interna, menos ainda de nossa segurança alimentar. Seríamos os primeiros a condenar os biocombustíveis se ameaçassem a oferta de alimentos ou a preservação de nossas florestas.(Gilberto Scofield)

Minc é elogiado na Itália ao defender matriz energética brasileira – Sítio eletrônico do MMA – 22/04/2009

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, foi um dos destaques da Reunião Ministerial do G-8 sobre o Meio Ambiente, aberta nesta quarta-feira (22/4) em Siracusa, na Sicília (Itália), ao defender o uso da hidroeletricidade e dos biocombustíveis no Brasil e também a obrigatoriedade dos responsáveis pelos novos projetos de térmicas a carvão e a óleo mitigarem suas emissões de CO₂, com, por exemplo, o plantio de árvores.

Ao final da primeira parte da sessão que reuniu ministros de países desenvolvidos e de nações em desenvolvimento convidadas e representantes do setor privado para debater perspectivas e barreiras para o desenvolvimento e a implementação de tecnologias de baixo uso de carbono no mundo, Minc arrancou um elogio público da presidente do encontro, a ministra do Meio Ambiente, Terra e Mar da Itália, Stefania Prestigiacomo: "O Brasil está realmente fazendo muito nesse campo".

Ao afirmar que 75% da matriz elétrica brasileira são baseados na hidroeletricidade, o ministro brasileiro disse que o "grande desafio" é expandir o uso desse tipo de energia sem maiores desmatamentos da Amazônia. Minc defendeu então sua política ambiental de aprovar novos projetos, por bacias hidrográficas, que impliquem na geração de boa quantidade de energia, mas com a necessidade de se alargar menores áreas de florestas, a partir do uso da chamada tecnologia bulbo.

"Essa tecnologia, que emprega turbinas submersas no leito dos rios que captam o fluxo da água, permite a geração de energia alagando uma área menor, portanto, desmatando menos!", disse, completando: "Nos próximos dois anos, esperamos estar gerando 50 milhões de megawatts no Brasil a partir da hidroeletricidade".

O ministro listou ainda outras iniciativas brasileiras, como a recuperação e aproveitamento de áreas já degradadas para o plantio de cana de açúcar e a produção de biocombustíveis, além do desenvolvimento de projetos de geração de energia a partir da queima da palha e do bagaço de cana. Lembrou também a recente resolução do Ibama que obriga os novos projetos de termelétricas a carvão e a óleo de mitigarem suas emissões de gases-estufa. "Com isso, estamos encarecendo as termelétricas, ao mesmo tempo que implementamos políticas para baratear as energias renováveis, como a eólica", disse.

Sentado ao lado do ministro do Meio Ambiente, o presidente da Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar), o brasileiro Marcos Sawaya Jank, defendeu a expansão do

uso dos biocombustíveis no mundo tendo como base a cana de açúcar. "Mais de cem países no mundo têm condições de plantar cana de açúcar", enfatizou. Jank informou aos presentes que 46% da matriz energética total brasileira já são renováveis, sendo que a cana representa 16% dessa matriz.

Jank disse concordar com Minc sobre a importância de se encarecer o uso de fontes de energia suja, como as termelétricas a carvão e a óleo, dentro do esforço internacional de combate ao aquecimento global. Segundo o presidente da Unica, 90% dos novos carros produzidos no Brasil já são flex, o que é equivalente a 25% de toda a frota nacional. "Desde 2003, quando começaram a ser produzidos os primeiros carros flex, já deixamos de emitir 50 milhões de toneladas de carbono. É como se tivessem sido plantadas 150 milhões de árvores."

Promovida pelo governo italiano até sexta-feira na histórica cidade de Siracusa, na Ilha da Sicília, a Reunião Ministerial do G-8 sobre o Meio Ambiente debate ações contra o aquecimento global e também pela proteção da biodiversidade planetária. Presididos pela ministra do Meio Ambiente, Terra e Mar da Itália, os debates reúnem, entre outros, ministros dos oito países mais ricos do planeta e também da África do Sul, Brasil, China, Índia e México. Foram também convidados para o encontro representantes de ONGs, entidades ambientais e empresariais.

Tráfico de animais - O ministro Carlos Minc defendeu nesta quarta-feira (22), na Sicília (Itália), na Reunião Ministerial de Meio Ambiente de Siracusa, que os países desenvolvidos promovam campanhas públicas de combate ao tráfico de animais silvestres.

Minc defendeu também e a recente iniciativa do governo brasileiro de que os responsáveis pelos novos projetos de termelétricas a carvão e a óleo no Brasil sejam obrigados a compensar suas emissões de CO2 com ações de mitigação dos gases/estufa, como o plantio de árvores.

A fala de Minc foi bem recebida pelos participantes de reunião com representantes de importantes ONGs mundiais, como a WWF, e entidades empresariais que abriram, pela manhã, o encontro de ministros do Meio Ambiente do G/8 e de outros países de economias mais desenvolvidas que está sendo promovida até sexta-feira na cidade siciliana de Siracusa.

Minc lembrou que o Brasil está fazendo sua parte em termos de combate a destruição da biodiversidade, com ações contra o crime ambiental, como o uso de satélites para flagrar desmatamentos, e fazendo com que os responsáveis pelos grandes empreendimentos - quando do licenciamento ambiental - destinem verbas compensatórias para pesquisa e monitoramento da diversidade biológica.

O ministro brasileiro disse também que o Ministério do Meio Ambiente está empenhado na criação de corredores florestais, contribuindo assim para a proteção da biodiversidade, e que a produção brasileira de biocombustíveis não está sendo feita em cima de áreas verdes.

Minc apelou então aos países ricos, que são os principais destinatários do tráfico de animais silvestres, para que façam sua parte, promovendo campanhas públicas para desestimular a compra desses animais.

Em relação ao combate ao aquecimento global, Minc enumerou algumas iniciativas do governo brasileiro, como o combate ao desmatamento na Amazônia, que resultou na redução de 45% da perda florestal em nove meses, em relação ao mesmo período de um ano antes, e o início do monitoramento, com auxílio de satélites, da situação ambiental de todos os biomas brasileiros.

O ministro brasileiro elogiou o empenho dos representantes da sociedade civil e de governos de países em promover ações de combate às emissões de gases/estufa, mas disse que, infelizmente, está pessimista com os resultados que vêm sendo obtidos até agora. Segundo ele, as emissões vêm aumentando e não vêm ocorrendo a contento a prometida transferência de tecnologias verdes, com seus respectivos financiamentos, dos países desenvolvidos para os em desenvolvimento.

Brasil e EUA debatem energia e comércio – Valor Econômico – Internacional – 20/04/2009

Eclipsadas pelas discussões políticas na Cúpula das Américas, duas questões econômicas de interesse do governo brasileiro foram discutidas com autoridades dos EUA e devem levar a uma série de reuniões, a partir de julho. Os americanos querem aprofundar programas de cooperação com o Brasil em matéria de energia e garantem estar decididos a retomar as negociações para derrubada de barreiras comerciais na Organização Mundial de Comércio (OMC). Segundo um alto assessor da Casa Branca, Obama deve anunciar, nos próximos dias, um importante fundo para apoiar investimentos em energia nas Américas.

Os EUA querem financiar programas de energia renovável, como biocombustíveis, conservação de energia e combate às mudanças climáticas, e está interessado em parcerias com o Brasil em terceiros países, segundo disse o secretário de Energia dos EUA, Steven Chu, em reunião com o ministro de Relações Exteriores, Celso Amorim. Chu mostrou interesse na proposta brasileira de projetos conjuntos na África e aceitou o convite para visitar o Brasil em breve.

Amorim disse aos americanos que a discussão de projetos caso a caso é a melhor maneira de avançar com uma proposta defendida por Obama durante a Cúpula das Américas, a Parceria em Energia para as Américas, pela qual o governo americano quer promover ações de economia de energia e incentivo a fontes renováveis. Obama, ao falar em um dos painéis da cúpula dedicado ao assunto, lembrou que só o aumento de eficiência no consumo doméstico de geladeiras permitiu uma economia equivalente a toda a geração de energia eólica do país.

O tema é motivo de desentendimento, porém, entre o Brasil e parceiros na América do Sul. No Paraguai, a discussão é prejudicada pela reivindicação paraguaia de preços maiores e maior liberdade para venda da energia de Itaipu. A Bolívia tem feito campanha contra os biocombustíveis, alegando que ameaçam a "segurança alimentar" ao prejudicar a produção de alimentos. Os argumentos do governo brasileiro em defesa da produção sustentável de etanol não comovem os bolivianos, que fizeram questão de deixar registrada sua discordância em relação aos biocombustíveis, no documento de encerramento da cúpula, assinado apenas pelo anfitrião, o primeiro-ministro de Trinidad e Tobago, Patrick Manning, devido à recusa de vários países em firmar um documento final do encontro.

Praticamente ausente das discussões entre os presidentes, as negociações de liberalização de comércio foram objeto de discussões à margem da cúpula. O recém-nomeado Representante Comercial da Casa Branca, Ron Kirk, pediu um encontro com Amorim para informar que o governo Obama está comprometido em retomar ainda neste ano as negociações na OMC da chamada Rodada Doha, de redução de barreiras comerciais. Até maio, deve ir a Washington o secretário-geral da OMC, Pascal Lamy, para discutir o tema.

Obama ainda quer sondar no próprio governo as resistências à retomada de negociação, porém, e Amorim queixou-se de que a receptividade de Kirk ao convite de visitar ao Brasil não foi acompanhada pelos assessores que o acompanhavam, alguns vindos do governo George Bush.

Porto de Roterdã atrai novas usinas de etanol – MÔNICA Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios – 20/04/2009

Grupos produtores de álcool estão intensificando suas apostas no porto de Roterdã, principal porta de entrada para o etanol brasileiro na Europa. As companhias Brenco e a ETH Bioenergia, do grupo Odebrecht, já estão em conversações com executivos do porto holandês, disse ao Valor Hans Smits, CEO do porto holandês, o maior do mundo.

O crescente mercado de energia tem gerado demanda para o porto holandês, que tem capacidade instalada para recepção de 3 bilhões de litros de biocombustíveis. "Pretendemos aumentar nossa posição em etanol", disse Smits.

A Brenco já começou a testar o sistema logístico de Roterdã, segundo o vice-presidente do grupo, Rogério Manso. " Fizemos exportações em baixos volumes", disse. A empresa exportou álcool de terceiros, uma vez que sua produção própria começará somente a partir do segundo semestre deste ano nas unidades de Mineiros (GO) e Alto Taquari (MT). " Fizemos o chamado programa pré-marketing, com testes no escoamento rodoviário no Brasil e exportações", disse.

Segundo Manso, o porto de Roterdã será relevante para os negócios da Brenco. "Ter um escritório de representação lá será importante no futuro."

A Europa importa cerca de 1 bilhão de litros de álcool brasileiro, dos quais mais de 90% entram no continente por Roterdã.

Uma das maiores companhias sucroalcooleiras do país, a Copersucar, foi a primeira do setor a montar infraestrutura no porto europeu. A companhia tem um escritório e equipe própria de vendas em Roterdã e aluga tanques com a empresa Vopak Terminais. A Cutrale, uma das maiores exportadoras de suco de laranja do país, também opera no porto holandês. A Braskem está instalada lá. Procurada, a ETH informou que ainda não possui investimentos no porto.

No fim do ano passado, executivos do porto assinaram acordo de cooperação técnica com o porto de Suape (PE), no qual os holandeses deverão elaborar um novo plano diretor para o porto pernambucano.

O porto de Roterdã movimenta a cada ano cerca de 400 milhões de toneladas de mercadorias, principalmente minério de ferro, produtos agrícolas, como grãos e suco de laranja, além de biocombustíveis.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei e Ademir A. Cazella

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura**

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio



actionaid



nead

Ministério do
Desenvolvimento Agrário

